

ACTA Nº3/2012

Aprovada em 27 de Junho de 2012

**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
COIMBRA REALIZADA EM VINTE E SEIS
DE ABRIL DE DOIS MIL E DOZE**

No dia vinte e seis de Abril de dois mil e doze teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a segunda sessão ordinária de 2012 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;**
- Ponto 2 - Relatório de Gestão e Prestação Contas da Câmara Municipal de Coimbra relativos a 2011;**
- Ponto 3 - 1ª Revisão Orçamental de 2012 da CMC;**
- Ponto 4 - Relatório de Gestão e Prestação Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra relativos a 2011;**
- Ponto 5 - 2ª Revisão Orçamental de 2012 dos SMTUC;**
- Ponto 6 - Inventário do Património Municipal de 2011;**
- Ponto 7 - Demonstrações Financeiras Consolidadas;**
- Ponto 8 - Pareceres do ROC;**
- Ponto 9 - Relatório e Contas do exercício de 2011 da Empresa Municipal - AC, Águas de Coimbra - tomar conhecimento;**
- Ponto 10 - Relatório e Contas do exercício de 2011 da Empresa Municipal Turismo de Coimbra - tomar conhecimento;**
- Ponto 11 - Relatório de Actividades de 2011 da Comissão Arbitral Municipal de Coimbra - tomar conhecimento;**
- Ponto 12 - Relatório de Actividades de 2011 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Coimbra - tomar conhecimento;**
- Ponto 13 - Autorização prévia genérica da Assembleia Municipal;**
- Ponto 14 - Aluguer operacional de equipamento multifuncional de grandes formatos;**
- Ponto 15 - Prestação de serviços de auditoria externa;**
- Ponto 16 - Contratação de serviços de seguros;**
- Ponto 17 - Projeto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas (RMUE).**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD-CDS/PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia, Carlos Alberto Nunes da Silva, Miguel Jorge Pignatelli Ataíde Queiroz, Vasco Jorge Antunes da Cunha, António Moisés Geraldês da Silva, Olinda Maria Martinho Gonçalves Sousa Rio, Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor, João Francisco Lencastre Campos, José Ferros Pimentel Reis da Fonseca, Hugo Filipe Martins Rodrigues, Fernando Jorge Soares Ferreira Neves, Júlio da Fonseca Gaudêncio e Verónica Alves Mendes.

Presidentes de Junta: Vitor Manuel Martins Costa, Carlos Miguel Matias Lopes, José Manuel Nunes Filipe, Elisabete Gomes Amado, Fausto José Costa Reis, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Francisco Correia de Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Bera Peixoto Ferreira, Antonino de Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Helder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Barroca, Ricardo Luís Rodrigues e Artur Jorge Cunha Ferreira.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Fernando Luís Almeida Torres Marinho, Isabel Maria Nobre Vargues, Jorge Manuel Monteiro Lemos, José Manuel Ferreira da Silva, André Luís Serra de Oliveira, José Manuel Gonçalves da Silva, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Mário António dos Santos Carvalho, Carlos Rogério Antunes Pinto, António José Costa Sequeira, Ana Paula Soares Pinto Bravo, e Horácio José da Paz Santiago.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Alfredo Manuel Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Nuno Filipe Reis da Silva, Arménio Manuel Nabo Ferraz, Manuel Veloso da Costa, José Carlos Santos Clemente, Jorge Manuel Lebre da Costa Veloso, José António Marques Cortesão e Fernando Manuel Sousa Pardal.

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

João Carlos Pinto Ângelo, Isabel Margarida da Silva Fonseca, Maria Isabel Silva Pimenta e Isaura Maria Cardoso dos Reis Madeira.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto Sousa Ferreira, Vitor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Firmino Vitor.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Serafim José dos Santos Duarte e José João Jorge Mendes Lucas.

"Pina Prata, Agora Sim":

Faltou Justificadamente José Manuel Torres Farinha

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara João Paulo Lima Barbosa de Melo estiveram presentes os vereadores Maria José Azevedo Santos, Maria João Guardado Martins de Castelo-Branco, José António Pinto Belo, Álvaro Jorge Maia Seco, Carlos Manuel Dias Cidade, António Manuel Vilhena, João Pedro Fernandes Trovão e Francisco José Pina Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por Francisco Figueiredo Andrade, como Primeiro Secretário e Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia como Segunda Secretária.

Antes de iniciar a sessão da Assembleia Municipal, a Câmara e a Assembleia foram abrir a Exposição sobre o Metro Mondego, no Átrio da Câmara Municipal às 15h30m.

E sendo 16h 15m o Presidente da Assembleia, deu início aos trabalhos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do art.º78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

Deputada municipal **Maria Helena Cavaleiro da Costa Brandão Moura Ramos**, pelo período de 7 dias com início a 23 do corrente mês;

-Nos termos do n.º1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição **Hugo Filipe Martins Rodrigues**

Deputada municipal **Joana Margarida Alves Martins**, pelo período de 2 dias com início a 25 do corrente mês;

-Nos termos do n.º1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Júlio da Fonseca Gaudêncio**.

Deputado municipal **António Maló de Abreu**, pelo período de 5 dias com início a 25 do corrente mês;

-Nos termos do n.º1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Verónica Alves Mendes**.

Deputado municipal **Paulo Luís Cunha de Almeida**, pelo período de 2 dias com início a 26 do corrente mês;

-Nos termos do n.º1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (CDS) (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição **Fernando Jorge Soares Ferreira Neves**.

Deputado municipal **André Gonçalo Dias Pereira**, pelo período de 3 dias com início a 24 do corrente mês;

Nos termos do n.º1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Ana Paula Soares Pinto Bravo**.

Deputada municipal **Milene Catarina Pereira Cunha**, pelo período de 3 dias com início a 24 do corrente mês;

Nos termos do n.º1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Horácio José da Paz Santiago**.

Deputado municipal **Fernando Jaime Alves Dias Martinho**, pelo período de 3 dias com início a 23 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (CDU) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Isaura Maria Cardoso dos Reis Madeira**.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Ceira, apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pela Secretária do Executivo da Junta – Elisabete Gomes Amado nos termos do mesmo diploma.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Eiras, apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Secretário do Executivo da Junta – Fausto José Costa Reis, nos termos do mesmo diploma.

Período Antes da Ordem do Dia:

Presidente da Assembleia iniciou as intervenções antes da Ordem do dia, em memória de Miguel Portas deputado europeu.

Não sendo da sua área política, teve muito contacto com ele no Parlamento Europeu, onde vai com frequência, tendo ocasião de ver a sua total abertura, a sua inteligência. Foi uma grande perda. Em sua memória, propôs um voto de pesar e transmitir à família.

A Assembleia Municipal de Coimbra aprovou por unanimidade um voto de pesar pelo falecimento do eurodeputado Miguel Portas.

O Secretário da Mesa, Francisco Andrade anunciou, que estava a circular pelos deputados municipais uma lista de inscrição para a realização de um jantar, com o fim de angariar fundos, para ajudar o fotógrafo António Figueiredo.

A este fotógrafo de Coimbra, no Parque Verde, roubaram-lhe todas as máquinas, no valor de 10 mil euros ficando sem meios para trabalhar.

Do mesmo modo anunciou que no dia 7 de Maio, o Mário Wilson o antigo treinador da Académica é uma figura de Coimbra vai lançar aqui neste Salão um livro sobre a sua vida dele.”

A deputada Olinda Rio em nome da organização do Festival das artes nomeadamente em nome do Presidente Dr. José Miguel Júdice convidou todos os presentes na Assembleia para participar no Festival das Artes, frisando que era também um apelo fazendo-se amigos da Liga do Festival das Artes que se vai constituir no dia 30 de Abril às 11h30m na Quinta das Lágrimas.

Este Festival das Artes é um evento cultural aglutinador de público, não só de Coimbra como de Portugal e até do estrangeiro, que valorizam a Cidade e a agenda cultural, recentemente premiada.

Intervenção do deputado municipal João Lucas (BE):

O QUE RESTARÁ HOJE DO 25 DE ABRIL?

“Há dias recebi na caixa do correio uma mensagem da empresa municipal Águas de Coimbra, comunicando que os moradores do Bairro de Santa Apolónia iriam sofrer eventuais perturbações decorrentes da obra de remodelação de condutas e ramais de água. Nomeavam-se várias ruas, todas com o nome de escritores e de investigadores portugueses do século XX, como foi decidido, em tempos, pela Assembleia Municipal. Acontece que, entre várias, aparece no referido comunicado a referência a um tal Mário Lamas, nome de rua. Para quem conhece o Bairro, tornar-se-ia evidente, de imediato, o erro cometido pelo diretor que assinou o texto: Mário Lamas em vez de Maria Lamas. Provavelmente ele nem o terá lido, pelo menos, com a devida atenção. Ou então, não sabendo de quem se tratava, terá pensado que pouca diferença faria, Mário ou Maria...

Pois a Maria Lamas que deu o nome a uma praça deste bairro é uma conhecida escritora portuguesa cuja vida decorreu entre 1893 e 1983. Ligou-se ao MUD (Movimento de Unidade Democrática) e depois ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, onde desenvolveu intensa actividade política e cultural. Presa, pela primeira vez, por motivos políticos, em 1949, sofreu imenso na prisão, porque a PIDE a colocou numa cela incomunicável durante quatro meses. Esteve muito doente. Depois de várias detenções, exilou-se, por diversas vezes, entre 1953 e 1962. Passados sete anos regressou do exílio. Tinha 76 anos e ainda a mesma esperança de melhores dias para Portugal. Viveu o 25 de Abril de 1974 com enorme alegria. Foram-lhe atribuídas duas das mais honrosas condecorações portuguesas, a de Oficial da Ordem de Santiago da Espada e a da Ordem da Liberdade. Faleceu com 90 anos, depois de colaborar em vários jornais e revistas. Entre outros, escreveu o livro «As Mulheres do Meu País», uma obra de referência, editada em 1950, onde colaboraram com ilustrações os mais famosos intelectuais do tempo. Mas, perguntarão muitos: o que interessa isto? O que tem isso a ver com as Águas de Coimbra ou com as obras de remodelação da rede? Deixem-nos trabalhar, dirão outros.

Estará aqui um caso paradoxalmente insignificante e, simultaneamente, com elevado significado: com a troca de Maria por Mário Lamas – com ou sem intenção, isso não está aqui em causa – apagou-se, numa simples troca de letra e na introdução dum acento agudo, a memória duma pessoa, duma mulher com uma vida de combate indissociável do 25 de Abril.

É com pequenos gestos como este que o 25 de Abril se vai dissolvendo num preparado para todos os gostos. O 25 de Abril deixa de ser um acontecimento histórico com atores reais e com um discurso, uma música e uma iconografia precisos. Sob o pretexto da mudança dos tempos e da adequação às novas gerações, passou a ser vulgar contar a história a seu modo, para dessa narrativa se retirar a legitimação para as políticas que se querem impor aqui e agora. Os mentores das novas liberalidades para os sacrossantos mercados trocam democracia por plutocracia, igualdade por competitividade, liberdade por desregulação e fraternidade por concorrência. Não é de estranhar, pois, que não caiba dentro de tais parâmetros uma experiência criativa e de saudável impacto social como a da escola da Fontinha no Porto. Ao contrário, são tolerados pelas autoridades os

massacres praxísticos na Academia e só têm impacto público quando os desmandos se aproximam da figura de acto criminoso. Simultaneamente, um jornal notícia “PSP prepara tolerância zero nas manifestações do 25 de Abril”. Propositado ou não, é um sinal a apontar para a criação de um sentimento de medo. O medo que se quis espantar com a revolução dos cravos. Mas que, a pouco e pouco, se quer insinuar na vida das pessoas: nos locais de trabalho, com o apoio na legislação laboral, na rua, com as ameaças da polícia, na academia, com as práticas intimidatórias, inimigas da solidariedade e promotoras dos autoritarismos.

Por último, anuncia-se que o conselho de Administração da Agência Lusa decidiu encerrar em 1 de Junho as delegações de Coimbra, Évora e Faro.

12 Jornalistas destas três agências temem não só pelo seu local de trabalho, como pelo seu posto de trabalho. Desta forma, para a administração da agência de notícias de serviço público pouco importa a qualidade e a inserção regional do trabalho realizado. O território nacional do futuro será Lisboa e, eventualmente, o Porto. O resto, como diria o Eça, será paisagem. Os serviços públicos de saúde, de educação ou de comunicação social disseminados pelo território foram uma das imagens de marca do 25 de Abril. Com a recentralização ou como dizem alguns com os ‘ganhos de escala’, é mais um pedaço da revolução que se esvai. Em nome dos mercados e dos juros usurários, das bolsas e das apostas, todos eles inimigos do equilíbrio orçamental, dos estados soberanos e do bem estar das populações, os nossos governantes, democraticamente eleitos, temem ser protecionistas e, em nome das suas crenças ultra-liberais, submetem-se e submetem-nos a tais forças predadoras. Instala-se a desconfiança, primeiro, a apreensão, depois, o desespero, logo a seguir. Perde a democracia.

A desinformação, o medo, a intimidação, tudo isso importa combater. Será o trabalho de todos para refrescar Abril. Com Maria Lamas. Com Miguel Portas.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de Frades:

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Deputados

Colegas Presidentes de Junta

Senhoras e senhores Jornalistas

Minhas senhoras, meus senhores.

Se existem dias que pretendemos esquecer, mas tal não é possível, o passado dia 13 de Abril de 2012 é um deles.

Trata-se do dia em que foi aprovada a Proposta de Lei nº44/XII — Reorganização Administrativa Territorial Autárquica.

É difícil encontrar justificação para aprovação desta Proposta de Lei, mas torna-se necessário sem grande esforço, recordarmos o que os autarcas de Freguesia e a ANAFRE, no Congresso em Portimão, no Encontro Nacional de Autarcas em Lisboa e na Grande Manifestação, não partidária do passado dia 31 de Março, talvez única no nosso País desde o 25 de Abril de 74, onde, de Braga e de Bragança;

de Aveiro e de Vila Real;

de Castelo Branco e de Viana do Castelo; de Setúbal e de Santarém;

de Guarda e de Viseu;

do Porto e de Portalegre; de Faro e de Coimbra;

de Leiria; de Évora; de Beja e de Lisboa dos Açores e da Madeira num total de 200.000 pessoas (homens e mulheres).

Legitimados pela força da democracia, pela causa que os elegeu, firmados numa Razão de Missão, movidos por sentimentos comuns instituídos e por verdadeiro espírito de missão, afirmaram

ESTA REFORMA, NÃO!

Sr. Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Não vou fazer o historial de todo o caminho percorrido desde a apresentação do Documento Verde até ao passado dia 13 de Abril. Mas não posso nem devo deixar de lembrar quanto a Anafre e as Freguesias da maior à mais pequena, das urbanas às rurais calcorrearam sem descanso.

Aquando do conhecimento do citado documento, a Anafre e as Freguesias, leram, reflectiram, debateram, auscultaram o País, consultaram académicos ouviram os seus pareceres e anteciparam o Congresso Nacional.

E decidiram: ESTA REFORMA, NÃO!

Rejeitámos:

- Os critérios quantitativos;
- O autismo perante as populações;
- O mutismo sobre novas competências e recursos financeiros;
- O desconhecimento da nova Lei Eleitoral e da nova Lei das Finanças Locais;
- O legislador entendeu ou fez que entendeu, alterou os critérios, mas pior do que isso, delineou parâmetros e definiu percentagens. Colocando-nos perante a Proposta de Lei aprovada, que não colhe os princípios que defendemos, que não ouviu populações e os seus legítimos representantes os Eleitos Locais.

Numa palavra apenas, ao ler o Texto Final indiciário da Proposta da Lei nº 44/XII SENTIMOS:

- Que sem a presença das mais de mil freguesias, extintas ou agregadas, o País vai ficar mais pobre e mais infeliz.
- Que para as populações fixadas nos lugares mais distantes, apenas restará o isolamento, o abandono, a distância, o problema sem solução (pois já não tem escolas, centros de saúde, etc.).
- Que o País nada recolhe para o erário público.
- Que as populações das suas Juntas de Freguesia querem contar com elas.

E sentimos, como sempre afirmaram a ANAFRE, os eleitos dos Partidos Políticos e principalmente as populações, que a Reforma deveria ter sido assumida livre e localmente no espaço individualizado de cada Município com as suas Freguesias e disseram a uma só voz:

O CAMINHO A SEGUIR NUNCA PODERIA SER POR AQUI. ESTA REFORMA, NÃO!

Sr. Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Com a aprovação da Proposta de Lei no passado dia 13 do corrente mês, fica em nós uma grande incerteza quanto ao futuro das freguesias, mas principalmente quanto ao futuro das populações, mas creiam que os autarcas de freguesia de todo o País, de todos os partidos políticos, homens e mulheres têm a consciência de ter desenvolvido todos os esforços para demonstrar ao legislador que a fazer-se esta

Reforma Administrativa Territorial Autárquica, ela só podia ter sido promovida com as Freguesias, os municípios e as populações.

Temos consciência de ter levado a nossa mensagem a todos os responsáveis e decisores, de reunir a solidariedade dos Municípios Portugueses e temos ainda consciência de que os problemas financeiros do País nunca residiram nas Freguesias.

Sr. Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Sem pretender, longe de mim, pois quem me conhece sabe bem, vestir a roupagem de profeta da desgraça, admito que a desgraça caía mesmo sobre as Freguesias com a aprovação desta Proposta de Lei.

Foi por isso que a sua rejeição foi sentimento transversal a todos os intervenientes e todos em unanimidade, entenderam que se, se impunha o equilíbrio das finanças, a redução das despesas públicas e a defesa das populações, o caminho Nunca Seria por Aqui, isto é, nunca seria pela via da morte das freguesias que tal objetivo se alcançaria.

É com mágoa que termino dizendo, que foi pena o legislador em plena consciência e verdadeira convergência não tenha entendido que seguiu o Caminho Errado, e que esta reforma não defende os interesses das populações, num momento bem difícil, social e económico que o País atravessa e não compreendeu o papel que as freguesias desempenham como autarquias de proximidade no Poder Local Democrático, aprovando uma Proposta de Lei com este conteúdo, que apenas contou com o apoio dos partidos que apoiam o governo, nem sequer ouviu os autarcas de freguesia desses mesmos partidos, principalmente os do PSD, que em todos os momentos, no Congresso, no Encontro e na Manifestação, aprovaram por unanimidade, ESTA REFORMA NÃO, e estamos nós a comemorar o 25 de Abril. Disse.”

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

No seguimento da intervenção anterior de facto isto não é Abril.

Em nome da bancada do CDU venho fazer uma saudação ao 25 Abril

“A CDU saúda o 25 de Abril, A Revolução de Abril

Lamentamos que a Câmara de Coimbra tenha esquecido o 25 de Abril. No ano passado na sessão de comemoração não foi dada a palavra aos membros da Assembleia Municipal e este ano nem sequer foram convidados a assistir à sessão organizada pelo Executivo.

Como podemos interpretar esta atitude?

Tal como o Governo a Câmara de Coimbra esqueceu Abril.

E no falamos do Abril da democracia em que os cidadãos só votam de quatro em quatro anos, mas do Abril em que os cidadãos participam todos os dias.

Não falamos deste Abril que a Troika e o Governo nos impuseram. E não venha o governo dizer que a crise é que tem culpa. A culpa é das opções políticas do governo que apoia o grande capital financeiro português e estrangeiro e menospreza o povo que trabalha.

Não falamos deste Abril sem direitos no trabalho, com mais desemprego, com mais emigração, com fome e miséria.

E deste Abril de fome e de miséria que hoje nos querem novamente impor, voltando a falar ao povo de caridadezinha em vez de direitos e dignidade, lembro um grande poeta de Abril, Manuel da Fonseca:”

Dona Abastança
«A caridade é amor»
Proclama dona Abastança
Esposa do comendador
Senhor da alta finança.

Família necessitada
A boa senhora acode
Pouco a uns a outros nada
«Dar a todos não se pode.»

Já se deixa ver
Que não pode ser
Quem
O que tem
Dá a pedir vem.
O bem da bolsa lhes sai
E sai caro fazer o bem
Ela dá ele subtrai
Fazem como lhes convém
Ela aos pobres dá uns cobres
Ele incansável lá vai
Com o que tira a quem não tem
Fazendo mais e mais pobres.

Já se deixa ver
Que não pode ser
Dar
Sem ter
E ter sem tirar.

Todo o que milhões furtou
Sempre ao bem-fazer foi dado
Pouco custa a quem roubou
Dar pouco a quem foi roubado.

Oh engano sempre novo
De tão estranha caridade
Feita com dinheiro do povo
Ao povo desta cidade.
VIVA O 25 DE ABRIL.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

Assembleia Municipal de Coimbra

Acta nº2 de 26 Abril de 2012.....Aprovada em 27 de Junho de 2012

“Venho aqui dizer que, finalmente envolvidos dois anos, foi possível retirar na Avenida Navarro os contentores em frente à SANFIL.

Está provado, cientificamente, que uma intervenção de um Presidente de Junta na Assembleia Municipal tem efeito. Têm efeito porque os ofícios valem o que valem, mas alguém nos ouve e alguém se interessa.

Quero aqui referir, se me permitem, a ousadia, que em boa hora o João Pardal está no lugar certo no momento exato. É ele e os serviços evidentemente que ele coordena que funcionam. Neste momento, é o João Pardal que se tem empenhado em resolver os problemas, e foi ele que resolveu este problema grave da Baixa de Coimbra, entre outros. Ele tem sido, de facto, uma mais valia no que diz respeito à Baixa de Coimbra e à limpeza em particular.

Temos o dever de dizer quando as coisas correm bem.

Outro assunto, que já há diversos meses, que ando a chamar a atenção e o facto de, um terreno que é do Município de Coimbra, que é uma vergonha na zona histórica da Cidade de Coimbra, não é só a Baixa, desculpe o meu colega de Almedina, há também uma rua chamada Corpo de Deus que tem lá um terreno cuja as chaves estão no departamento de habitação do município com tapumes derrubados, com lixo, e as pessoas a entrarem lá para dentro. Ainda hoje, recebi um telefonema à hora de almoço de uma munícipe a dizer que andavam a plantar qualquer coisa. Há meses que ando a chamar a atenção, no mínimo para a segurança das pessoas, da rua Corpo de Deus e para aquele local em apreço.

Ainda bem, que está aqui o Senhor Vereador da habitação, sei que as chaves estão no departamento da sua alçada, que tenha a boa vontade de mandar recolocar os tapumes que o município colocou e que foram vandalizados, para que aquele espaço do Município esteja em devidas condições de higiene por causa dos ratos e por causa de coisas que não são muito próprias, já basta o que temos aqui na Baixa e agora subirem a rua Corpo de Deus para o mesmo efeito. Todos perceberam a que é que me refiro.

Por outro lado, também não é menos verdade, uma questão que me parece perfeitamente justa dizê-lo, que tem haver com alguma preocupação da Baixa de Coimbra no que diz respeito à segurança de pessoas e bens.

Como podem verificar, valeu a pena, retirarem aqueles outdoors, aqueles pendões, porque a Perfumaria Pétala mais uma vez, foi assaltada.

O funcionamento do sistema de videovigilância deu resultado, sendo presos dois dos assaltantes.

Mais uma vez se verifica quanto é urgente para preservar pessoas e bens, o funcionamento eficaz do sistema videovigilância.

Já agora, ao contrário da senhora deputada Olinda Rio, que ouvi atentamente, vinha aqui fazer um apelo. Um apelo de solidariedade, solidariedade com uma Instituição chamada Cozinha Económica, que vive momentos muito difíceis, com aumento de população a recorrer aos serviços alimentares da Cozinha Económica, só para terem uma ideia, no ano de 2011, aquela instituição serviu 86.184 refeições. Cada vez mais está a aumentar a desgraça na utilização daquela nobre Instituição.

É um apelo que faço ao município de Coimbra, e também aos presidentes de junta e autarcas aqui presentes deputados municipais, para que comecem a dar mais atenção àquela instituição importantíssima da Cidade de Coimbra.

Por último, o assunto é direccionado ao Senhor Presidente da Câmara.

Não sei se é deficiência da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu dirigir os ofícios a V.Ex^a. e depois o senhor dar o devido encaminhamento aos departamentos, penso que é assim.

Senhor Presidente, em Fevereiro a Junta de Freguesia de S. Bartolomeu calendarizou uma série de actividade culturais para a Baixa de Coimbra.

Estamos a 26 de Abril, e ainda não temos uma resposta, uma! De qualquer actividade, que esteja permitida ou autorizado pelo Município de Coimbra.

Nós cumprimos o que está instituído!

Quero alertar V. Ex.^a que vamos começar as actividades a 26 de Maio.

Seria de bom-tom que o Município à semelhança de anos anteriores apoiasse este tipo de iniciativa, que não são para mim nem para o meu executivo mas sim para a Cidade de Coimbra.”

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

“A constituição dos Mega-Agrupamentos de Escolas

O processo de agregação das escolas em mega agrupamentos, que se encontra em curso no nosso concelho, deve constituir para todos nós, fator de forte preocupação. Pois que é uma má solução política educativa que acarretará graves problemas à organização das escolas, do ensino e das aprendizagens, potenciando efeitos de desagregação e desarticulação difíceis de superar e cujas consequências negativas serão muito superiores aos pretensos benefícios meramente económicos.

Não há razões de natureza pedagógica, organizacional ou até mesmo económica que suportem uma reorganização do mapa das escolas e agrupamentos. Não que tenhamos uma visão estática e conservadora da organização escolar, ou que recusemos a necessidade de eventuais ajustes pontuais. Consideramos, porém, que esta medida a ser levada para a frente comporta uma grande irracionalidade, na exata medida em que destrói a gestão de proximidade com as famílias e as comunidades locais, cria obstáculos à articulação e comunicação entre escola e família, tornando as relações cada vez mais impessoais e distantes, quer com a comunidade, quer no seio do próprio mega agrupamento de escolas. Corremos o risco de ter agrupamentos ingovernáveis com uma enorme dispersão territorial, e um elevadíssimo número de alunos, distribuído de forma atomizada por diversas escolas e com uma relação distante com a escola sede, onde se encontrará a direção.

Só para dar exemplo:

Sou professor na Escola Inês de Castro, em S. Clara, é suposto, ainda não sabemos oficialmente, é suposto que vai agregar com Taveiro e com a escola D. Duarte.

Inês de Castro já é um agrupamento, a ser concretizado dá mais de dois mil e tal alunos, com uma direção no D. Duarte que vai de Taveiro. Mas há situações muito piores S. Silvestre é para agrupar com a Jaime Cortesão, estão mesmo a ver os pais de S. Silvestre tem de vir à Jaime Cortesão, para tratar de assuntos. Poderia

continuar a dar exemplos mas, penso que estes dois flashes já são elucidativos da irracionalidade deste governo.

A qualidade e vivência das escolas, com este processo, só podem sair profundamente prejudicada. Pois é sabido que apenas uma gestão de proximidade que proporciona um diálogo e um conhecimento direto dos intervenientes de cada instituição escolar, pode proporcionar uma gestão mais eficiente, mais atenta, mais humana e adequada às suas necessidades específicas, em função de um projeto educativo muito concreto.

Assim se destrói o que resta da democraticidade organizacional e funcional das escolas, deteriorando a relação pedagógica e a qualidade de ensino. Rasgam-se os respetivos Projetos Educativos e a identidade própria das escolas, construída ou em construção. Não se respeita a autonomia municipal, no que lhe cabe da gestão organizacional da rede escolar e tão pouco se respeitam as suas propostas e políticas educativas consubstanciadas nos seus Projetos Educativos Municipais enviados para o caixote do lixo.

Criar mega-agrupamentos que podem atingir uma concentração de mais de 2000 alunos, com uma única direção centralista e distante das realidades concretas de cada escola, apenas pode potenciar os problemas, desde logo os de ordem disciplinar.

Esta é uma medida que apenas visa objetivos de carácter economicista, procurando reduzir o número de trabalhadores (docentes e não docentes) com prejuízo para a qualidade de ensino e as condições de funcionamento e segurança das escolas. Desta forma se acentua a organização e a cadeia de comando hierárquica vertical, diminuindo os interlocutores intermédios, cerceando a autonomia e a democraticidade, reforçando o centralismo.

O mesmo centralismo que faz tábua rasa de projetos como o Metro Mondego e todos os que saíam da órbita de influência macrocéfala lisboeta; o mesmo centralismo que asfixia as freguesias e a democracia local com uma reforma administrativa irracional e inaceitável.

Este país que noutros tempos se disse ter vocação marítima, parece que agora encontrou um novo paradigma vocacional que é o da agregação centralista. Agregam-se Centros de Saúde, Hospitais, Serviços de Correios e Telecomunicações, Freguesias e Municípios, escolas e agrupamentos de escolas. Tudo se agrega que é como quem diz se destrói, como se destruiu a nossa agricultura, as nossas frotas pesqueiras, a nossa marinha mercante, as nossas indústrias, chorando, hoje, lágrimas de crocodilo, perante o imenso défice da balança comercial, ou não importássemos mais de 80% do que comemos, que muito contribui para o crescente défice externo.

Por tudo isto, importa relembrar hoje, aqui, a proposta de recomendação ao Executivo Municipal que apresentámos a esta Assembleia em 29 de Junho de 2010 que tendo merecido a aprovação deste Órgão Deliberativo recomendava ao Executivo Camarário que assumisse a recusa desta lógica centralizadora, desenhada a régua e esquadro em gabinetes de burocratas, sem contudo, como se afirmava no texto, se recusasse liminarmente a necessidade de racionalizar e otimizar recursos.

Assim, qualquer política de agrupamento de escolas em Coimbra deveria ter como princípios norteadores o que esta Assembleia aprovou como recomendação, a saber:

Nenhum agrupamento deverá comportar mais de 1500 alunos;

Não se deverão concentrar num mesmo edifício escolar os alunos de mais de dois ciclos de ensino;

A partir de 700 alunos o agrupamento de escolas ou a escola não agrupada poderá manter a sua autonomia organizativa e gestão;

O processo de associação de escolas e agrupamentos deverá resultar de negociação e consensualização entre o ME e as entidades educativas instaladas no terreno (município, juntas de freguesia, encarregados de educação.”

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):

“Em primeiro lugar desejo ao novo vereador Dr. José Belo muitas felicidades e que tenha um bom desempenho nas funções que irá desempenhar como vereador na Câmara Municipal de Coimbra.

Senhoras e senhores deputados, de facto celebrou-se ontem o 38º aniversário do 25 de Abril de 1974. Portugal é, hoje e desde então, um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular na garantia de efetivação dos direitos e liberdades, e na separação interdependência de poderes. Hoje, 38 anos volvidos, depois daquela data, Portugal com 800 anos de história, atravessa sim uma considerável crise de sustentabilidade social, económica e financeira. Mas Portugal, senhoras e senhores deputados sempre resistiu e resistirá, no presente e no futuro, continuando a trilhar os caminhos da afirmação e da dignidade, enquanto povo intemporal que somos. Com alma de portugueses, lusos que somos do coração e a raça que nos caracteriza de quem jamais vira a cara aos desafios da vida e às vicissitudes das conjunturas menos favoráveis que nos vão inquietando.

Senhoras e senhores deputados em Portugal, enfim, as pessoas continuam a procurar todos os dias, os seus postos de trabalho. Os professores, não obstante continuam a ensinar, os jovens afirmam a sua irreverência, projetando a sua esperança e a confiança naquele que é o futuro de todos nós. Há gente em Portugal que continua a criar postos de trabalho, nascem bebés todos os dias, e também há gente que continua a oferecer-nos uma enorme produção intelectual.

Manuel Carlos Lopes Porto, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com um vastíssimo currículo na Área Científica da Investigação nas vertentes da Economia e do Direito Económico, com mais de uma centena e meia de trabalhos, em diferentes domínios, desde o comércio internacional à integração europeia, ao desenvolvimento regional, ao ordenamento do território, transportes e política fiscal. Acabou de apresentar no dia 24 de Abril, no Palácio das Necessidades em Lisboa, mais uma obra científica, juntamente com o Dr. Gonçalo Anastácio sobre o título “Tratado de Lisboa anotado e comentado”.

Assim, enriqueceu o património cultural, científico, cívico e humanista.

Senhor Professor Manuel Lopes Porto é uma honra tê-lo como Presidente desta Assembleia Municipal. O senhor é uma personalidade de Abril, bem-haja, deseje-lhe muitos anos de vida e de felicidade, o País e Coimbra continuam a precisar de si.

Senhoras e senhores deputados, no Átrio dos Paços deste Município está, patente com efeito, há pouco acabou de ser inaugurada uma exposição fotográfica, em relação ao Metropolitano Ligeiro de Superfície e que, de alguma forma refere o bem da realidade, à miragem. Penso que a miragem é uma forma, de provocar os espíritos de todos nós. Porque Coimbra de facto, não se conforma com um projeto com quase 20 anos de existência e com quase cento e quarenta milhões de euros, dinheiro de todos nós, sem retorno à vista. Nós, não estamos apenas, solidário de facto com as populações de Miranda do Corvo e Lousã. Nós entendemos que estes concelhos, se tem que se desenvolver, porque se entregam numa política de desenvolvimento regional, e Coimbra que tem que ser o motor desta região, não pode, em momento algum, não pode perder mais tempo e tem que continuar a exigir que efetivamente se faça justiça, mas não só de justiça, Coimbra não pode continuar com um projeto que parou que não sabemos concretamente se o mesmo vai ter concretização. De facto, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, o senhor tem muito trabalho nas suas mãos para desenvolver.

É necessário, com efeito articular os concelhos de toda esta região com Coimbra, não só nos transportes e na mobilidade, mas também nas redes de equipamento de saúde, na rede educativa e na formação profissional, na segurança e na proteção civil, nas redes de abastecimento público e infra-estruturas de saneamento, o ordenamento do território, no ambiente etc.

De facto, não podemos perder mais tempo. A convergência em relação aos níveis de bem-estar da União Europeia, está muito longe de atingir efetivamente aquilo que seria necessário e desejável.

E por todas estas razões Coimbra de facto, tem um trabalho enorme para desenvolver.

Coimbra não acaba nas fronteiras, ou na fronteira leste da freguesia de Ceira.

O Baixo Mondego não obstante de ser uma Comunidade Intermunicipal, onde Coimbra se insere, Coimbra vai muito além dessa Comunidade Intermunicipal, esperamos todos que, a Reforma da Administração do Território em curso, possa rever efetivamente os limites e as competências das Comunidades Intermunicipais, e acima de tudo que Coimbra possa desempenhar o seu papel, que lhe cabe e deve e tem de estar sempre ao lado das populações numa perspectiva da coesão e do desenvolvimento regional.

Por último, senhoras e senhores deputados, também quero dizer que de facto, em matéria de reorganização Administrativa Territorial Autárquica, nós não comungamos, não estamos entusiasmados com a aprovação da lei, que ainda à pouco o senhor deputado e Presidente da Junta acabou de referir. Mas, a democracia é assim, vivemos em democracia num Estado de Direito.

Confesso que gostaria que a mesma tivesse sido elaborada de outra forma. Porque o Poder Local em Portugal foi efetivamente aquele que, resistiu e obstou a que houvesse um colapso económico-social em Portugal. E todos nós, respeitamos os presidentes de junta e todos os autarcas em Portugal. Mas em função da realidade, eu tenho que propor ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que reúna as direções dos grupos municipais porque a partir do momento que esta lei seja promulgada temos apenas 90 dias para tratar da nossa vida.

Gostaria com a ajuda de todos, que efetivamente assim que terá que ser, que pensássemos e não deixássemos que a delimitação e a reformulação das freguesias

fosse entregue à uma unidade técnica da Assembleia da República. Gostaríamos que fossemos nós aqui a tratar, daquilo que muito dificilmente nós teremos que enfrentar e não vai ser fácil, mas é a nossa obrigação.”

Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (Por Coimbra):

1 Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sras. e Srs. Deputados uma saudação muito especial ao Prof. Manuel Porto, pela presidência da Assembleia Municipal de Coimbra, que já exerce há 10 anos.

Relativamente há pouco tempo uma década está sob o exercício das funções nesta Assembleia Municipal

Também a todos os autarcas que desde 2001 permanecem nesta Assembleia Municipal, nas Juntas de Freguesia, uma saudação muito especial porque aí se exerce aquilo que Abril nos trouxe a Liberdade e a forma de nos manifestarmos sem termos receio de qualquer retaliação.

É já um dos períodos mais longos de Presidência, desde o 25 de Abril de 1974. Com reconhecido exemplo democrático na condução dos trabalhos, foi sucessivamente eleito para a Presidência pela maioria dos deputados, merecendo a sua confiança. Coimbra e a Assembleia Municipal, deve orgulhar-se de o ter na Presidência, Senhor Professor Manuel Porto, pois sendo uma personalidade ímpar na sociedade coimbrã, quer como Prof. Catedrático e Investigador na Universidade de Coimbra, na área do Direito, quer como cidadão que desempenhou exemplarmente funções na CCDDR e no Parlamento Europeu, quer ainda, pela sua permanente intervenção cívica pelas causas de Coimbra e de Portugal, nos Fóruns Locais, Nacionais e Internacionais. A Universidade, a Cidade e a Região de Coimbra, estão sempre presentes nas iniciativas em que participa. Muitos parabéns e obrigado.

2 Ontem decorreram as Comemorações do 25 de Abril e a Câmara Municipal de Coimbra e a Assembleia Municipal de Coimbra, comemoraram com uma Sessão Festiva e com duas iniciativas importantes e de grande significado para Coimbra.

Como sabemos o convite foi endereçado o pela Comunicação Social para quem quisesse surgir e aparecer e participar pudesse estar presente nesta comemoração.

Por um lado, assinados Protocolos de delegação de competências para as Freguesias, através dos seus Presidentes de Junta, reconhecendo a confiança e a capacidade de gestão dos Autarcas para resolver e apoiar as necessidades das suas populações. Por outro, com uma palestra do Padre Victor Melícias, neste Salão Nobre, que prendeu a assistência com o tema da Congregação dos Franciscanos, assim como, o momento musical proporcionado pelo Orfeão Académico — notável — e com as intervenções do Srs. Presidentes da Assembleia Municipal e Câmara Municipal. Parabéns. Assim, vale a pena assinalar Abril, a Liberdade e a Democracia.

3 Os últimos 10 anos de governação do Município de Coimbra, saldaram-se por um desenvolvimento ímpar e em contra ciclo, com aquilo que se passa no País, para Coimbra e a sua Região. A Presidência do Dr. Carlos Encarnação e agora do Dr. João Paulo Barbosa de Melo - parabéns pelo seu primeiro ano de exercício de Presidência - têm permitido criar condições de grande futuro para a Cidade de Coimbra e as suas populações, quer nas infra-estruturas, quer nos serviços. O reatamento de relações Institucionais com os agentes locais (Universidade de

Coimbra, ACIC, hotelaria e restauração, igreja, indústria, etc. criaram condições favoráveis para que:

- As vias de comunicação foram um motor para a melhoria da circulação de tráfego, de bens e de pessoas (Circular Externa, pontes, avenidas e arruamentos);
- Coimbra I'Parque e a sua infra-estruturação criaram condições para a instalação de Indústrias e Tecnologias de ponta;
- Transportes Públicos/SMTUC melhoraram significativamente através da sua frota, permitindo que os utentes possam efetivamente usá-los, com conforto e conhecendo exatamente as linhas por onde circulam.

Lembro também nas áreas de lazer:

- Parque Verde e jardins;
- Escolas e Jardins-de-infância, Educação;
- Estádios e Campos relvados, para o Desporto. Sabemos quantos campos foram já relvados, quer ao nível da Cidade, quer ao nível das freguesias;
- Piscinas e Parque de Campismo;
- Hospital Pediátrico e Centros de Saúde; “Impulsionam o “Cluster da Saúde”;
- Águas e Saneamento, permitindo uma qualidade de vida, até há 10 anos atrás, pouco o tinham, mas que agora a todos beneficia com cerca de 100% da população do Município a ser servida por estes serviços;
- Recuperação e construção de Sedes de Junta de Freguesia;
- Turismo, Recuperação da Alta! Centro Histórico, Casa da Escrita, novos hotéis, etc.;
- Convento de S. Francisco! Em recuperação e que dentro de algum tempo terá concluída as suas obras e iniciará as suas funções;
- Apoio Social e Habitação etc.

Sr. Presidente João Paulo Barbosa de Melo, a continuação daquilo que tem sido feito até hoje, e que muito já tem contribuído, como todos os Autarcas deste Município deve merecer da sua parte continuação desta política, porque ela efetivamente nos últimos 10 anos revolucionou Coimbra e o Município de Coimbra.”

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

Começo a minha intervenção, não é um comentário, mas dar nota em relação ao senhor deputado que falou anteriormente.

Quando diz, que assim vale a pena comemorar Abril, cada um tem os seus gostos de comemorar, eu diria que assim como aconteceu aqui ontem não me apetecia comemorar Abril!

A minha intervenção prendesse com um assunto que já aqui foi trazido, pelo deputado Serafim Duarte. Rede Escolar do Concelho de Coimbra e que entretanto a CDU enviou na passada segunda feira uma informação ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, dando conta que a CDU iria hoje aqui nesta Assembleia colocar questões, quer em relação ao encerramento de escolas do 1º ciclo, quer ao reordenamento dos agrupamentos de escolas, e escolas secundárias, demos conta disso, de forma a que o Senhor Presidente da Câmara, uma vez que neste momento, acumula as funções e a responsabilidade da Educação.

Porque entendemos que, com as informações que vêm a público e com os timings que todos conhecemos que o Ministério da Educação está a colocar nestas questões, entendemos que esta é a altura de sermos informados, nós forças políticas com assento nesta Assembleia, inclusivamente os senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Portanto, acho que é o momento de ficarmos a saber, por um lado o que está efetivamente a passar, por outro lado daquilo que se está a passar, qual é o posicionamento deste executivo face aquilo que irá acontecer em Coimbra, em relação ao reordenamento da rede escolar.

Dizer quanto ao encerramento de escolas, de 1º ciclo a única coisa, que veio a público e que se sabe, é que a DREC propõe encerrar 12 escolas do 1º ciclo. Lembrar que nestes últimos anos, já foram encerradas cerca de 10 escolas.

O encerramento de algumas escolas esvazia freguesias da reposta educativa no que respeita aos estabelecimentos do 1º ciclo, este facto contraria aquilo que está Carta Educativa do Município de Coimbra, foi aqui aprovada, foi elaborada pelo executivo anterior, e nessa Carta Educativa uma das coisas que está lá em relação ao encerramento de escolas do 1º ciclo, era que, nenhuma freguesia ficaria sem nenhum estabelecimento de ensino do 1º ciclo.

Os senhores presidente de junta melhor do que eu puderam constatar isso, com aquilo que já foi encerrado, se pensarmos que a escola do Paço, que tem 15 alunos que pode vir a encerrar, a do Botão que tem 13 alunos, a de Vil de Matos que tem 18 alunos e que eu saiba é a única escola, a da Rocha Nova que tem 11 alunos, a de S. Paulo de Frades que tem 13 alunos, a de Lordemão que tem 20 alunos, a de Torre de Bera que tem 12 alunos, a escola da Cidreira que tem 14 alunos, Antuzede que tem 20 alunos. Lembro que a freguesia de Antuzede fechando estas duas escolas a freguesia fica sem nenhuma. Valongo tem 20 alunos, Silva Gaio com 19 alunos, Silva Gaio dentro da escola EB2/3 do Silva Gaio e lembro que é já o resultado do encerramento das escolas das Lages e de Stª Clara, Arzila com 18 alunos. Portanto, vai haver freguesias que vão ficar sem escolas do 1º ciclo!

Quanto ao desenho para a fusão dos agrupamentos, com ou sem anexação de escolas secundárias, desconhece-se qual a proposta da Administração Educativa.

A CDU, apela ao senhor Presidente da Câmara para nos dar conta aqui, de como é que estão as negociações, o que é que tem surgido nas reuniões entre a DREC, as Direções dos Agrupamentos e das Escolas Secundárias e a Câmara de Coimbra.

Há pouco o deputado Serafim apontou alguns exemplos. Quem tem já a experiência do que é a fusão dos agrupamentos noutros concelhos, sabe os impactos negativos que isto tem diretamente nos alunos, também no pessoal docente e não docente, também lembro cenários possíveis se o agrupamento de Ceira, por exemplo, fundir com o agrupamento de Alice Gouveia, e com a secundária da Quinta das Flores, mas dizer que no seu ponto de vista geográfico, num futuro próximo, qualquer família que resida na área do Areeiro, do Continente, pode ter de por o seu filho no pré escolar, ou no 1º ciclo pode ter de o pôr em Ceira, ou Almalaguês, porque depois a área geográfica é aquela onde todos podem recorrer. Portanto, digamos assim até nisto há prejuízos acrescidos.

Sobre esta questão, porque a nós neste momento, importa-nos sobretudo sabermos porque não vale a pena estar a especular que desenhos são possíveis, ou que escolas vão encerrar porque isso está na mão da Direção Regional de Educação, da

Autarquia de Coimbra, lembro aqui que a CDU tem feito, muito apelo em relação a isto, que a Comunidade Educativa, o Conselho Municipal de Educação, não pode ser esquecido em momentos como estes. É impossível, é recusar ouvir a opinião das pessoas senão se envolver numa coisa desta natureza, que implica seriamente que o futuro dos nossos alunos mas também das famílias que o reordenamento da rede escolar seja feita à porta fechada, com as Direções dos Agrupamentos com a Direção Regional de Educação, com a Câmara de Coimbra, sem que haja uma discussão, uma abertura à Comunidade Educativa, é esse apelo que aqui deixamos. A CDU vai deixar duas Moções à Mesa da Assembleia, embora tenham a ver com o mesmo assunto, resolvemos separar porque há aqui alguns pressupostos que são diferentes:

Moção

Rede Escolar do Concelho de Coimbra

A Administração Educativa tem em desenvolvimento um processo, ou a continuidade de um processo iniciado pelos Governos anteriores, com vista à agregação de agrupamentos entre si ou/e agrupamentos com escolas secundárias.

O Governo PSD/CDS dá continuidade ao projecto de reordenamento da rede escolar por via da constituição de grandes unidades organizacionais, que desde logo desvirtuam o conceito e o princípio que esteve na base da constituição dos agrupamentos de escolas. Lembrar que esse princípio tinha por base um projecto educativo comum, que sustentasse a continuidade educativa desde o pré-escolar ao 3º ciclo, diferenciado pelo contexto geográfico e pelo contexto social, económico e cultural da sua localização.

A constituição dos designados Mega - Agrupamentos tem consequências que têm de ser ponderadas, analisadas, com moderação e tempo. São decisões que exigem debate com a comunidade educativa, com o Conselho Municipal de Educação pois é o futuro da qualidade da educação e do ensino que estão em causa.

Na defesa dos direitos dos alunos, dos pais, do pessoal docente e não docente das escolas, a Assembleia Municipal de Coimbra exige que.

- a reorganização da rede escolar do Concelho de Coimbra seja programada e projectada no respeito pela Carta Educativa, não numa posição mobilista de recusa do processo mas de ponderação o que significa não estar condicionada aos timings propostos pelo Ministério da Educação.

Exigimos tempo para um reordenamento consciente que não ponha em causa a qualidade da oferta educativa do concelho de Coimbra.

MOÇÃO

Em respeito pela Carta Educativa e pela Comunidade Educativa

Nos últimos anos as políticas de reordenamento da rede escolar do 10º ciclo têm sido pautadas pelo encerramento de escolas, cujo único requisito é numérico — menos de 21 alunos. Assim foi legislado pelos anteriores Governos do PS, assim está ser aplicado, em continuidade, pelo actual Governo PSD/CDS.

Por via destas directrizes no Concelho de Coimbra foram encerradas, desde 2007, 10 escolas do 10º ciclo.

As orientações que se conhecem do Ministério da Educação, através da Direcção Regional de Educação do Centro, apontam para o encerramento, no final deste ano

lectivo, de 12 escolas do 1º ciclo. A frequência de alunos, das escolas sinalizadas, situa-se entre 11 e os 20 alunos. Algumas destas escolas, a encerrarem, esvaziam a freguesia no que respeita a estabelecimentos do 10º ciclo. Tal facto, só por si, contraria e desrespeita a Carta Educativa de Coimbra, que salvaguarda o princípio de manter em cada freguesia, pelo menos, um estabelecimento de ensino do 1º ciclo.

Face ao exposto e tendo em conta que:

-este tem de ser um processo participado e discutido com comunidade educativa, envolvendo pais e juntas de freguesia:

-encerrar escolas do 1º ciclo implica deslocar crianças da sua área de residência:

-acarreta custos acrescidos para a autarquia, nomeadamente no que respeita ao transporte das crianças.

A Assembleia Municipal de Coimbra exige que:

-seja respeitada a Carta Educativa do Concelho de Coimbra

-o Executivo da Câmara Municipal não decida unilateralmente, sem ouvir os pais e os presidentes das Juntas de Freguesia com escolas sinalizadas para encerrar.

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

“Antes de mais queria dar as boas vindas ao novo vereador João Belo, em nome do Partido Socialista, espero que o seu trabalho seja profícuo para a Cidade, e que seja um bom trabalho, sendo um bom trabalho é bom para todos nós.

A minha intervenção vai ser rápida porque são duas questões que eu gostava de ser esclarecido pelo senhor Presidente da Câmara, um aplauso e uma nota:

Começo pelo esclarecimento.

Vieram notícias na comunicação social que, a Câmara Municipal de Coimbra tinha a possibilidade de assumir a gestão da Mata do Choupal.

Queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara se é essa a sua intenção?

Como sabe, quem gere neste momento a Mata do Choupal, é o ICNB Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, os terrenos são do Património do Estado, estão em nome desta instituição, e passarão os terrenos para a posse da Câmara, para que esta os possa gerir? De que maneira?

Também naquele terreno está a AFM – Autoridade Florestal Municipal, nós também sabemos que vai haver uma fusão destes dois organismos, ICN e AFM, sendo esta área da nossa Cidade gerida e ocupada por estas duas entidades, como é que a Câmara vai fazer para gerir financeiramente e não só aquele espaço?

Gostaria de ser esclarecido.

O segundo esclarecimento é o seguinte:

Na última Assembleia Municipal da Comunidade Intermunicipal Baixo Mondego, a Câmara de Coimbra e as Águas de Coimbra, tinham uma série de obras elencadas e aprovadas, aplaudo as obras, porque foram aprovadas e é um bem para a nossa região, mas há uma que me ressaltou aos olhos, que foi a via estruturante Stª Clara/S. Martinho. Obra aprovada e financiada, e foi-me dito lá na mesma Assembleia, que esta obra estava em curso.

Pergunto ao senhor Presidente que obra? Que obra está em curso ou que foi concluída? Porque eu sendo daquela zona, ainda não vi nenhuma obra, mas poderá haver alguma coisa que eu desconheça!

Também gostava de ser esclarecido.

-Um aplauso, Final da Taça da Liga:

Coimbra saiu prestigiada, houve uma grande divulgação da Cidade pelos médios durante todo o dia.

Queria deixar aqui expresso, o meu aplauso à Câmara Municipal de Coimbra, pelo trabalho desenvolvido em prol desta região e em prol do desporto.

Com eventos desta natureza, não há duvida que Coimbra fica com mais encanto.

Parabéns Senhor Presidente.

Uma Nota:

Comemora-se amanhã dia 27 de Abril os 39 anos do nascimento formal do Hospital dos Covões.

Portanto, como é do conhecimento, era um antigo sanatório, mas comemora-se o aparecimento formal deste hospital. Sendo natural de S. Martinho do Bispo é com preocupação que vejo o encerramento das urgências noturnas, a aglomeração deste hospital com o HUC, e espero que mais tarde não encerrem aquela unidade hospitalar, pois é pregar mais uma pedra num caixão no Serviço Nacional de Saúde, que o nosso Governo quer e pretende finalizar.

Portanto, deixar aqui uma nota pelo aniversário dos 39 anos daquela unidade hospitalar da margem esquerda do Mondego.

Outra questão.

Como foi dito pelo senhor deputado Gaudêncio, ontem foi aqui comemorado nesta sala os 38 anos do 25 de Abril, é curioso porque poucos deputados eleitos pelo Partido Socialista foram convidados para estar presente nestas comemorações. Portanto só queria saber o que é que se tinha passado, porque a informação que tenho os Presidentes de Junta foram convidados para estar presentes porque tinham que assinar protocolos e depois por arrasto vieram as comemorações. Mas os deputados eleitos pelo Partido Socialista não foram convidados! Gostava de saber o porquê?"

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Stª Cruz:

"Começo por fazer uma sugestão à Mesa no sentido de, entre a hora de abertura, desta Assembleia e a hora do fecho, pudesse haver um intervalo de 15 minutos, para que as pessoas pudessem sair dos seus lugares e irem lá para fora conversar um bocado e trocar algumas ideias. Tenho reparado e já foi chamado aqui a atenção várias vezes, e hoje também, grande parte das pessoas que aqui estão presentes não prestam a atenção aquilo que está a ser aqui discutido! Quase que mais valia, as pessoas escreverem e dirigirem as suas intervenções à Mesa da Assembleia, para que ficasse em ata, porque a maior parte das pessoas vêm para aqui sem a mínima atenção de cumprir os deveres que os cidadãos de Coimbra confiaram neles.

Começo, uma vez mais, por chamar a atenção ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra sobre um assunto que já aqui foi focado por duas ou três vezes e que ainda não foi resolvido, é o problema do Bota-Abaixo. O Bota-Abaixo é um espaço como todos conhecem, vem, perto deste Município, está situado no coração da Cidade perto de Stª Cruz, a 100 metros de um Panteão Nacional.

Realmente aquele espaço durante o dia pura e simplesmente é vergonhoso!

Há uma feira de levante, tanto quanto sei as pessoas trazem os seus produtos, trazem os seus carros as suas bancas, e no fim vão embora com os produtos que não venderam, com as suas bancas e com os seus veículos. Ali não se passa isso, fica o lixo uma série de tralhas, como por exemplos madeira, ferros, plásticos, arames, carros dos supermercados, parece uma lixeira. As pessoas que moram naqueles prédios novos quando abrem uma janela pensam que estão junto de uma lixeira porque aquele lugar não é nada digno para as pessoas verem das suas janelas.

Penso que aquele espaço sujo como está com aqueles tarecos todos lá armazenados, a Câmara havia de tomar medidas falar com os vendedores ambulantes que normalmente passam ali os seus dias, no sentido de dizer-lhes vocês levam as tralhas ou ao outro dia o Departamento de Qualidade de Vida, uma sugestão para o João Pardal no sentido que uma vez estão a ocupar um espaço público fazer a limpeza do mesmo.

Em relação ao João Pardal, não foi por arrasto em relação ao que o Presidente de Junta de S. Bartolomeu, senhor Clemente disse, mas há uns tempos a esta parte, não há muito tempo eu, mais o Clemente e o Presidente de Junta de Almedina e juntamente com o João Pardal também fomos falar e verificar sobre coisas não menos boas que existiam nas freguesias, a verdade seja dita o que foi prometido foi feito e com uma rapidez extraordinária, eu até sugeri com todo o respeito que tenho pela Câmara Municipal, por todos os seus órgãos e por todas as pessoas que colaboram e que trabalham nesta casa, que em vez de um pardal havia de haver aqui um bando de pardais.

Outra situação muito grave na freguesia de St^a Cruz, aliás na Baixa e na Cidade que é a proliferação de toxicodependentes aqui no Centro Histórico da Cidade. Meus senhores enquanto houver ali o apoio a toxicodependentes, no Terreiro da Erva, todo este enxame de toxicodependentes que andam aqui nesta área envolvente vai manter-se e cada vez mais aparecem. Há uns 4/5 anos, uma reunião entre várias entidades onde esteve presente a Caritas Diocesanas de Coimbra, eles disseram que quando a Câmara quisesse desde que arranjassem um espaço tirariam dali aquelas instalações e ouve alguém que disse, que havendo ali um ajuntamento de toxicodependentes, que seria melhor para controlar a sua atividade e os espaços que eles davam. Mas a verdade é que, não só durante o dia como durante a noite, qualquer prédio abandonado que esteja por aí, é logo um dos locais para onde eles se vão injectar. Isto acaba por ser uma espécie de grande superfície a céu aberto para fazer negócio de droga sem ser controlável. Existe um espaço na Rua dos Oleiros e a Azinhaga da Pitora que, só vendo, onde eram as instalações da antiga Triunfo, são aos 20/30, é o ponto de encontro para se injectarem, toda a gente vê aquilo o que é que se faz? Nada! Ocupam armazém, casas que estão abandonadas, velas que podem provocar incêndios, só quando houver uma desgraça é que a Câmara vai junto dos proprietários para emparedar portas e janelas. Mas a Câmara também tem que arranjar um sítio para os toxicodependentes para ele saírem daqui da zona histórica, porque é uma vergonha para quem, visite Coimbra e mesmo para os Conimbricenses.

Quero dar os parabéns ao Clemente, porque metade dos toxicodependentes eram da sua freguesia, mas em boa hora, ele sacudi-os para a freguesia de St^a Cruz.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Souselas:

Assembleia Municipal de Coimbra

Acta nº2 de 26 Abril de 2012.....Aprovada em 27 de Junho de 2012

“Venho aqui falar de dois assuntos: um prendesse naturalmente com mútua direta da minha freguesia. Sou muito prático e sincero, tenho como princípio dizer aquilo que penso, independentemente de que uns gostem mais e outros gostem menos, é-me indiferente, a liberdade de pensamento também é um direito e uma conquista de Abril e também tenho um princípio de ser justo.

Vou começar pelo princípio de ser justo.

Naturalmente tenho que reconhecer, o excelente trabalho que as Águas de Coimbra estão a fazer, na Vila de Souselas com a renovação da canalização. Era uma rede de água com mais de 45 anos, foi uma das primeiras localidades fora de Coimbra a ter água potável, devido à industrialização e naturalmente estava degradada e é uma questão de ambiente e de saúde pública, portanto, elogio esse acto e essa atitude. Com tudo tenho de ser crítico, sobre as Águas de Coimbra, pela displicência como assunto do saneamento básico em St^a Luzia tem corrido. É uma novela! Que leva anos de mais e a junta de freguesia não fará mais nenhum gasto nem em papel nem em telefonemas para as Águas de Coimbra.

As Águas de Coimbra tem sete dias a contar de ontem, dar uma resposta cabal à Junta de Freguesia de Souselas. Reconheço que não foi a atual direção que deixou arrastar o problema, reconheço mas já houve tempo suficiente para resolver o problema. Coimbra foi solidária e bem! O saneamento é uma primeira geração do ambiente com o concelho da Mealhada nomeadamente dando o saneamento básico a Sargento-mor do lado da Mealhada, Adões, Quinta Branca. Está, correctíssimo e solidariedade intermunicipal. Esgotei todos os meios para este assunto ser resolvido e havia a responsabilidade da Câmara da Mealhada fazer o saneamento básico quando o fizesse em St^a Luzia concelho da Mealhada distrito de Coimbra, e do outro lado da freguesia de Souselas concelho de Coimbra.

Infelizmente foi feito por lado da Mealhada, e não foi feito do lado de Souselas. Se não souberam salvaguardar a montante, aquilo que eram também os direitos dos cidadãos da Junta de Freguesia de Souselas, isso é uma responsabilidade das Águas de Coimbra e tem a responsabilidade de resolver o problemas com a Câmara da Mealhada e que seja esclarecido de facto quem é que neste processo não está bem, as Águas de Coimbra ou a Câmara da Mealhada e fico-me aqui nesta questão. É um assunto que leva anos demais para resolver, não posso admitir nem permitir que seja feito saneamento para o concelho da Mealhada e bem e estou de acordo, com o apoio e a colaboração de Coimbra, e aquilo que era a responsabilidade fazer, em St^a Luzia do lado de Souselas, não foi feito. Os cidadãos de St^a Luzia têm os mesmos direitos que qualquer outro cidadão e têm o direito a um principio básico que é o saneamento e a água potável e a outros bens.

Portanto, lamento hoje de ter que fazer esta intervenção mas, é uma questão de justiça de direito e de respeito com a população da freguesia de Souselas.

Para que fique registado em ata para depois, não haver mais alarido sobre esta questão e fi-lo com profunda tristeza.

O segundo assunto, a reforma administrativa é sabido e conhecidas as minhas posições sobre esta questão, diz o povo da minha terra “quem nasce torto, tarde ou nunca se endireita” a Reforma Administrativa é um exemplo disto. “Nasceu torta e tarde ou nunca se irá endireitar”.

Começamos com o livro verde, foi retirado para o lado, só restou o que toca às freguesias, digamos a classificação dos municípios. Depois passámos para uma proposta de Lei, agora já houve alterações, à proposta de lei, o que significa que nos vem dando razão aos poucos. Significa que o processo não foi devidamente amadurecido, e sendo este um assunto sério, carecia de facto de uma reflexão por parte da tutela.

Elogio o Senhor Presidente de Câmara da mesma forma que o fiz no mesmo dia por ter participado no encontro Nacional Distrital da ANAFRE, onde deu uma palavra de apreço, para com as freguesias, reconheceu o seu mérito, o seu valor, e fico muito agradecido na qualidade de autarca por essa intervenção de apreço de reconhecimento do valor das freguesias.

Contudo, uma semana depois, votada novamente esta proposta de lei, e indo ao encontro do que disse o Jorge Veloso, dizer aos deputados do PSD, porque a esses tenho a autoridade moral de falar de Coimbra, que quando fizeram campanha foram às juntas de freguesias, e precisaram da alavanca dos presidentes de junta para serem eleitos, tinham a obrigação de serem solidários, também haviam de ter tido uma palavra de apreço e de reconhecimento e de carinho com as freguesias, não é só quando precisam de ser eleitos que vão bater à porta, senhor presidente de junta ajude-nos aqui, porque aqui ninguém nos conhece, conhecem é os autarcas das freguesias para ver se nós somos eleitos. Sei que a água do Mondego é bem melhor que a de Lisboa, se calhar a água do Tejo faz mal, porque quando chegam a Lisboa rapidamente esquecem onde foram leitos. Foram eleitos no distrito de Coimbra por isso devem ser solidários e defender as freguesias do distrito de Coimbra. E até agora silêncio absoluto sobre essa questão, não houve uma palavra sequer, no mínimo, no mínimo, do reconhecimento da importância das freguesias, e pelo trabalho feito pelos autarcas de freguesia.

Meus amigos, eu há pouco vi aquela história da realidade e da miragem, de facto esta história da reforma administrativa é igual, a realidade somos nós, as freguesias com território, uma identidade uma cultura e um povo, a miragem é a tutela que não consegue compreender quanto importante são para as populações, as freguesias, essa si, é que, é a miragem.

Para terminar dizer o seguinte:

Aos senhores deputados da Assembleia da República, claro que tem o poder que tem porque estão legitimados, a Assembleia da República tem este poder de legislar mas dava um grande exemplo ao País, se tivessem começado pela reforma do número de deputados na Assembleia da República, aí sim! Distinguir parte daqueles lugares que nada de novo nem mais valia traz ao País. Se calhar à gente a mais, mas não há presidentes de junta nem freguesias a mais seguramente.

Permite-me deputado Moisés Geraldes dizer-lhe isto. Nisto das freguesias ou somos a favor ou somos contra, não há aqui meio termo sobre esta questão; ou estamos do lado das freguesias ou não estamos, ou mais ou menos freguesia, isso não é conversa, ou mais reforma menos reforma, também não é conversa. Meus amigos nós temos que ter uma posição única, e muito clara sobre este aspecto. E se, continuarem com esta teimosia, eu proponho que a tutela venha aqui à Assembleia Municipal, já que não ouviram nem respeitaram os presidentes de juntas, os presidentes de Câmara os vereadores porque estamos todos no mesmo barco, e as

mesas das Assembleias, que venham cá dizer quais são as freguesias que querem extinguir se tiverem coragem para isso.

É isto que deixo como desafio, porque de facto é em Lisboa decidir pelos outros é muito fácil.

Que haja respeito, por nós, que nos seguramente também temos dignidade suficiente para os respeitar.

Intervenção do deputado municipal Horácio Santiago (PS):

“Trago aqui duas preocupações de âmbito social.

Em primeiro quero falar sobre as refeições escolares. Disse em Setembro de 2011, quem mas perdiam eram as crianças e as respectivas famílias, mas também as IPSS e os seus colaboradores se sentiam muito prejudicados. Anunciamos ainda que saberíamos espera pelo final do ano letivo para fazermos uma avaliação séria aos impatos sociais e económicos. Dissemos também que os ganhos financeiros da Câmara Municipal não correspondiam ao que então vereador da educação anunciava para justificar uma medida a todos os níveis desastrosa.

A tudo isto respondeu o senhor Presidente da Câmara dando razão as instituições, desculpando-se, de uma certa forma, pela falta de tempo para se organizarem melhor e com a obrigação legal de lançarem o concurso. Admitiu alguns erros da edilidade e informou que existia disponibilidade da Câmara para compensar as instituições, mais prejudicadas.

Ainda não estávamos a meio do ano letivo, e já o Senhor Presidente da Câmara admitia a necessidade de alterar o sistema do fornecimento das refeições básicas, do 1º ciclo e dos jardins-de-infância. Face à degradação de um serviço que nunca esteve bem. De facto “galinha gorda por pouco dinheiro é difícil de encontrar” e tem-se repetido as faltas de comida nas escolas, as chegadas com horas de atraso, e sobretudo muita falta de qualidade e diversidade. Por via disto e provavelmente de outras o senhor vereador já foi substituído “rei morto, rei posto”. É preciso começar uma vida nova, para bem das crianças e respetivas famílias, para que se possa voltar a ter uma alimentação de qualidade nas escolas e jardins-de-infância para que se corrija um erro de lesa direitos, venho aqui afirmar em nome das IPSS do concelho de Coimbra, que estas mesmas instituições, estão disponíveis para voltar a ser parceiros fiéis da edilidade como sempre aliás o foram, fiéis e honestos, continuando a ajudar a resolver muitas das preocupações, competências e até responsabilidades da autarquia.

É necessário que o próximo ano letivo possa ser bem preparado e atempadamente.

Estamos disponíveis para com a Câmara Municipal de Coimbra encontrar um sistema que devolva a confiança aos pais, a qualidade de vida às refeições, e a normalidade às escolas e aos jardins-de-infância.

O segundo assunto que queria falar é sobre as cantinas sociais:

É para mim lamentável que a solução para a fome para a miséria a que estão a voltar milhares de famílias portuguesas seja a criação de cantinas sociais. De facto, nunca pensei que depois do 25 de Abril de 1974 pudéssemos voltar à sardinha dividida por três como me conta a minha mãe, ou às filas pelo pão de meados do século passado.

Foram institucionalmente criadas, as cantinas sociais, cada cantina deve fornecer a 50 ou 80 pessoas. Em Coimbra, estão sinalizadas mais de 600 pessoas necessitadas, deveriam ter criado oito cantinas sociais, criaram só três, e não estando em causa as instituições escolhidas, com oito teríamos aproximado estas respostas sociais das pessoas que delas necessitam. Todas três estão no perímetro urbano, dentro da Cidade de Coimbra, será que quem vive nos arredores, tem de vir à Cidade para receber refeições que são essenciais para a subsistência miserável, subsistência das suas famílias. Será que para além do tempo, tem de pagar mais de transporte para virem à Cidade do que o valor das refeições que eventualmente recebem. Tudo isto seria bem mais fácil e acessível, se aproveitando as instituições existentes, e os respetivos equipamentos, criar-se uma rede ao nível das freguesias. Deixo essa preocupação também, esta sugestão ao Executivo e em particular à senhora vereadora Maria João Castelo Branco, para que possam discutir este assunto com a Segurança Social, da minha parte já deixei o meu recado ao Eng.º Ramiro Miranda. Neste Abril de 2012 lutemos pelas melhores condições possíveis para os nossos concidadãos, minimizando as grandes implementes necessidades de muitas famílias que estão a viver abaixo do que se entende por linear da pobreza, lutemos por um Abril diferente.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes:

“Já não há Assembleia nenhuma que eu não tenha que usar da palavra e mais uma vez para dizer, que se nota creio pela quinta vez consecutiva a ausência do Senhor Vereador do desporto e dos espaços verdes.

Vai a caminho de três anos, que nós concluímos uma oval, e tudo o que era para se fazer da Junta da Freguesia, foi feito, o brasão aguardamos há três anos que ele seja feito e nem uma resposta por escrito, temos. Mais, ofícios da Junta de Freguesia de Brasfemes, não sei se é assim com as outras freguesias, mas com a junta de freguesia de Brasfemes funciona assim, ofícios ou emails, relacionados com o desporto ou espaços verdes, é “zero” não temos resposta.

Sobre a questão das refeições escolares, que o deputado Horácio Santiago aqui falou, quero dizer que subscrevo inteiramente que a questão das refeições escolares, deveria ser vista esta questão, portanto para beneficiar as crianças, como inclusivamente também as IPSS.

Quero fazer um reparo, talvez uma distração do senhor Presidente da Câmara, ou não, aquando da oferta de fatos de protecção para os voluntários, aquando da comemoração do 38º aniversário dos Bombeiros Voluntário de Coimbra, talvez se tenha esquecido, que bombeiros do concelho, também são os bombeiros de Brasfemes! Parte de um princípio, não ouvi a sua intervenção, mas a notícia no Diário de Coimbra omite, ou pelo menos não é clara.

Pedi há muito tempo uma reunião no gabinete da Senhora Vice Presidente, Vereadora da Cultura, foi interessante, abordei alguns problemas, da freguesia propriamente dita, e inclusiva da vida associativa da minha freguesia, foi a bordada a possibilidade de se conseguir oferecer a uma instituição de solidariedade social, o transporte para um passeio, que fazemos normalmente em Brasfemes, para os utentes dessa IPSS e eu fiquei assustado agora quando apareceu um ofício, a

solicitar, o problema não é o pedir, o problema é pedir consecutivamente. Há dois anos pediram, o ano passado também, Estatutos e publicação no Diário da República, número de contribuinte, parecer do conselho fiscal, declaração em como essa IPSS não é devedora às Finanças nem à Segurança Social, Plano de Actividades e Orçamento.

Meus amigos se temos que mandar isto todos os anos maior parte das instituições já nem mandam nada!

Gostava que isto fosse discutido, conversado, não estamos a falar de um grupo recreativo, estamos a falar de instituições de solidariedade sociais, penso que isto tem de ser mais fácil de resolução e não tantos entraves.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Não posso deixar de fazer uma apreciação, em relação à intervenção do deputado Júlio Gaudêncio, acerca das comemorações de ontem, ou seja de umas certas comemorações de Abril.

Estava a pensar ignorar e deixar isto no núcleo que a decidiu, no núcleo que tem esta visão restrita da revolução de Abril, da dimensão quase, diria eu, do orador convidado quase caricata e unipessoal em relação à posição e ao reflexo que foi para o nosso País, a revolução de Abril.

Diria quando recebi o convite e já agora talvez seja uma questão genérica, e mais geral, só eu da minha bancada é que recebi o convite para participar nestas comemorações, nem sequer foi endereçado a todos os membros da Assembleia Municipal. Membros eleitos pelo povo, diretamente legitimado pela revolução de Abril, ainda que tenham passado os 38 anos e daí valer a pena relembrar, e situamo-nos, recentramos naquilo que foi a revolução de Abril.

Naturalmente quando ouço e tenho um prazer enorme, manifestar a minha admiração pessoal pela intervenção cívica do Padre Melícias, nada me opõe a intervenções e as opiniões que ele tem defendido em toda a sua vida. É talvez um exemplo, um exemplo se calhar se deveria repercutir, nos Partidos que tem estado no poder. Se calhar muitos sibaritas, muitos vendilhões do tempo hoje já lá não estriam, estender isto a uma lógica democrática aqueles que foram eleitos pelo o povo e com tal legitimar parece-me a tão curta e redutora da revolução de Abril e fundamentalmente das intuições que dela resultaram. Vale a pena se calhar ouvir essas pessoas, se calhar é o sítio pouco indicado para que elas sejam ouvidas.

São exemplo, a levar para dentro, dos partidos que tem governado este País.

Sendo estimada esta atitude, meu caro amigo Gaudêncio, tem que me permitir fazer este reparo:

O 25 de Abril que eu defendo, e cujos ideais quero ver mantido, vai muito para além da acção individual perante os outros. Divisão meritória sem dúvida mas curta e incompleta. Vale a pena comemorar Abril sim, mas comemorar Abril em todas as suas dimensões, não nos ganhos da democracia, dos direitos cívicos ou pessoais, económicos e socais de todos e para todos. Abril tem a ver com esta dimensão e não com a dimensão caricata e individual da atitude pessoal de cada um para com os outros.

É uma dimensão que remete para uma responsabilidade a exigir aos governantes, e não de uma atitude pessoal de abnegação ainda que valida seja.

Com Abril conseguimos ter voz nos Municípios, deixou de haver nomeações para haver eleições, quem representa tem de saber a vontade do representado, só assim garante a sua credibilidade de representante de ser porta voz, ou seja, não pode impôr o seu pensamento como pensamento próprio, àqueles que pretendem representar, não nos esqueçamos o modelo festivo das comemorações de ontem, alguém falou com alguns deputados? Alguém discutiu com alguém o que deveria ser dito? Representa-se o quê? O não ser a si próprio! Isto não é Abril! Isto não é comemorar Abril, ainda que alegre e festivamente.

A virtualidade do pluralismo ganho com Abril é exatamente essa, dar voz a todos. Ou seja, o modelo escolhido para festivamente comemorar revolução democrática em Portugal é antítese da democracia. Escolhe-se um convidado, decide-se a intervenção de dois Presidentes de dois órgãos que só falam e só podem falar em nome pessoal, e não em nome daqueles que supostamente deveriam representar. Nem sequer se dá a voz plural ao povo de Coimbra, pela voz de todos os seus eleitos. Isto não foi comemorar Abril! O da democracia plural e o Abril que lhe deu voz a si, e que me permite a mim, estar aqui a falar em nome de tudo aquilo que nós representamos. Ontem, o que se passou, foi uma opção pessoal, respeitável é certo, mas não foi uma opção democrática, não foi comemorar festivamente Abril. Independentemente dos participantes, independentemente do que tenha sido dito, isto não pode ser validado. E tem de ser dito, só o digo, porque o deputado o trouxe aqui a esta Assembleia, porque senão, simplesmente ignorava. Como ignoro tudo aquilo que seja contra Abril e que não dou valor a atitudes pessoais de pessoas quem eu respeito pessoalmente, mas que efetivamente praticam atos claramente contra o espírito de Abril e contra ao espírito que pretendem comemorar, não pode ser justo. É por isso que estou aqui e só por isto que aqui estou. Porque simplesmente ignorava, como ignorava o convite que me foi endereçado, naturalmente agradeço mas a que não posso corresponder porque exatamente estava a violar a minha própria consciência e aquilo que me foi dado voz.

É pena que se opte por estes caminhos, é pena que se restrinja a lógicas meramente administrativas, aquilo que deveria ser o motivo de gáudio, de reconhecimento da nossa Assembleia e da nossa participação da nossa virtualidade democrática, é pena que deixemos passar isto em claro. Se não tivesse trazido isto aqui, eu tinha ignorado, porque é isto que estas atitudes merecem “desprezo e ignorância”. Foi por esse motivo que não estive ontem.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Stº António dos Olivais:

“A pedido de alguns deputados, vou dizer uma coisa que interessa a todos.

Em primeiro quero felicitar o novo vereador José Belo.

Depois lembrar Carlos do Carmo quando diz, que andam um bando de “Pardais à solta” não há aqui dúvida nenhuma anda um Pardal, que a mim não me admira muito o que é que esse Pardal está a fazer, é um dos Presidentes de Junta que realmente trabalha.

Na última Assembleia, trouxe aqui uma moção assinada por todos, com a possibilidade da Câmara nos disponibilizar dois autocarros para todos os deputados que queiram ir ao JAMOR. Claro que a Câmara já se disponibilizou vai cumprir aquilo que tinha prometido, mas não é possível se os senhores deputados não

disserem se estão ou não interessado, é necessário que se inscrevem. Par saber quantas camionetas são precisas.

Quanto a bilhetes, na altura, não se prometeram bilhetes.”

Intervenção do Presidente da Câmara:

“Duas ou três notas breves tentando dar resposta algumas das perguntas que foram feitas.

Uma delas tem a ver com os mega-agrupamentos de escolas e dos encerramentos das escolas do 1º ciclo. Para descansar todos os presentes, evidentemente, eu próprio tenho estado nessas reuniões com a DREC, tem-se feito um trabalho sério nesta matéria tem vindo à dar conta disso aos senhores presidentes de junta, se não está ainda deve estar a seguir a convocatória, para o Conselho Municipal da Educação, onde esse assunto também será discutido, evidentemente que é um assunto demasiado importante para ser tratado no escuro de gabinetes, eles serão trazidos perante todos aqueles que devem pernunciar-se sobre esse assunto.

Na última reunião que houve dos mega-agrupamentos, uma das questões que ficou no ar, foi um apelo unânime de todos os que estavam na sala, estavam representantes de todas as escolas de Coimbra, para que, houvesse algum tempo para preparar qualquer que fosse a mudança que está em cima da mesa. A perspectiva que essa fusão de agrupamentos de acontecer já no ano que vem. Estamos em Abril, as escolas secundárias têm todas agora exames, assuntos complicados estar de repente a querer fazer processos tão complicados e concluir demasiado depressa pode dar asneira. Portanto, estou totalmente de acordo com de algumas coisas que alguns disseram. Se que isto tem haver com timing com acordo da Troika e coisas do género, essa parte eu não domino, mas da parte daquilo que Coimbra entende é que isto deve ser feito com mais calma, mais ponderação deve ser tomada a decisão este ano, e deve a fusão ocorrer no ano seguinte para que haja um ano calmo para haver uma transversão de sistema.

Quanto às escolas do 1º ciclo chegou-nos uma proposta da Direcção Regional da Educação que apontava para o facto de haver 12 escolas em Coimbra que não cumpriam o critério definido para se manterem abertas. Isto tem sido trabalhado também com os Presidentes de Junta e, neste momento, estamos com uma proposta que no máximo terá que encerrar porque não haver alunos suficientes no máximo umas cinco escolas. Qualquer das maneiras este assunto ainda não está encerrado, ainda vai ser levado ao Conselho Municipal de Educação, portanto até ao final vamos continuar a ouvir toda a gente. Evidentemente que nós não conseguimos inventar que não existem alunos para o 1º ciclo, como sabemos na base disto tudo está um problema demográfica, temos cada vez menos crianças, isto vai fazer com que haja escolas do 1º ciclo a encerrar, vai haver escolas do 2º e 3º ciclo, já está haver, depois escolas secundárias e um dia até já está acontecer nas universidades é uma questão de fundo do nosso País. Temos que fazer um esforço para mitigar esse ritmo que as escolas porque elas são demasiado importantes nas pequenas comunidades que são os lugares e as freguesias.

Portanto, na medida do possível é isso que temos que tentar fazer e continuar a salvaguardar o maior número possível de escolas.

A questão do Choupal ocorreu, como sabem, uma cerimónia no Choupal, e de facto eu transmiti ao Secretário do Estado que tem a tutela dos serviços do Instituto de Conservação da Natureza e da Autoridade Florestal, que aliás, estão em processo de fusão, mais duas que estão a fundir neste momento, eu transmiti a vontade do Município de estudarmos uma forma da gestão daquele espaço passar a ser municipal, uma vez que, cada vez mais aquilo é um parque urbano usado pelos cidadãos de Coimbra, para passear para fazer exercícios, para convívios e estarem em contacto com a natureza. Do lado do governo foram transmitidas toda a disponibilidade e vontade que isso acontecesse. Já está marcada uma reunião, que ainda hoje foi confirmada, uma reunião para discutirmos os termos em que isto poderá acontecer e naturalmente teremos todo o interesse em termos uma voz ativa na gestão do Choupal. Vamos vez agora qual é a proposta concreta que nos vai ser trazida por parte do Instituto de Conservação da Natureza.

Registo evidentemente, aquilo que aqui foi dito pelo senhor deputado Horácio Santiago sobre a questão das IPSS, evidentemente que nós continuamos a contar como sempre contámos. Isso é um aspeto fundamental, da atividade deste executivo deste últimos anos, destes últimos dez anos, continuamos a contar com as IPSS. Sem as IPSS a nossa rede social não era o exemplo das boas práticas que tem sido em muitas partes do País.

Normalmente quando as pessoas falam da rede social de Coimbra dão-na como bom exemplo, não estou a falar de Coimbra, de Coimbra já se sabe que gostam do que tem, mas são os outros de fora que o vão elogiando, que se tem de facto feito um trabalho fantástico em rede com muitas IPSS.

A questão das refeições está em vias de ser resolvido, o sistema do concurso significativo diferente do ano anterior, veremos e espero que nessa matéria, se alguma IPPS estiver interessada nem todas estarão alguma que mantenha o interesse nesta matéria de refeições, mas que terão a sua oportunidade de apresentar propostas, para que o Município possa contar num caso ou noutro, assim se for entendido com essas instituições.

Só uma brevíssima nota, a questão da comemoração do 25 de Abril, não queria entrar em polémica porque entendo as posições de cada bancada. Mas há um ponto que todos deveríamos refletir.

Houve um ano em que nem sequer houve comemorações do 25 de Abril na Câmara Municipal de Coimbra, e seguiu-se a vários anos de indecente deserção da cerimónia por parte de todos, ou de muitos das esmagadoras de muitos deputados municipais e de muitas das instituições da cidade, que pura e simplesmente não vinham às cerimónias, como toda a gente sabe, eu cheguei a vir a uma, como deputado municipal, onde estavam os oradores, e mais quatro ou cinco pessoas, isso sim, parecia-me ser absolutamente indigno daquilo que Abril significou na história de Portugal. A forma de comemorar não tem que estar cristalizada no tempo, não tem que ser uma espécie de cópia em segunda mão, daquilo que se faz na Assembleia da República, na Assembleia da República faz-se como sempre se fez, e deve continuar-se a fazer, não temos nos 308 municípios fazer uma pura e simples cópia daquilo que se lá vai fazendo, que era o que se fazia aqui em Coimbra e que vai tendo esta deserção generalizada de toda a gente.

O ano passado ensaiamos uma maneira nova, diferente admito discutível, não vou entrar em polémica, cada um tem direito a ter a sua opinião, este ano mantivemos o tipo de comemoração do ano passado, se houve algum problema de comunicação, aí de facto não deveria ter acontecido. Mas, uma coisa é certa, conseguimos ter esta sala totalmente cheia e com pessoas de pé e consegui ver o 25 de Abril, ver uma sala constituída também por um grande número de membros da família franciscana portuguesa, a cantar em uníssono a “Grândola vila morena”. Acho portanto, que o 25 de Abril ficou dignamente representado nesta sala. Naturalmente que para o ano poderemos começar a repensar tudo, mas não creio que tenhamos, de modo nenhum, e nunca eu fiz que assim fosse, e suponho que o resultado final também não mostra de todo silenciar a memória de Abril. Pelo contrário, foi torná-la presente, adaptada de uma forma diferente e que foi acompanhada, de facto, por muita gente. Eu diria o pior de tudo é a meia dúzia de pessoas juntarem-se nesta sala ouviram-se umas às outras sem paciência, foi o que aconteceu durante demasiados anos.

Admito que posso haver uma divergência, vamos continuar a conversar para ver se continuamos aqui qualquer ponto de equilíbrio que permita que todos se sintam incluídos nestas cerimónias, mas sem as transformar naquele exercício de retórica difícil de acompanhar que fez com que elas praticamente desaparecessem. Cá estaremos para arranjar soluções melhores.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“É naturalmente uma pequena sugestão, como eu tive o cuidado de dizer o que me suscitou a intervenção foi uma intervenção laudatória do deputado Júlio Gaudêncio, que mereceu como tal o meu reparo. Porque o exercício de contraditório, mais uma vez na sequência da revolução de Abril é um elemento essencial da prática democrática, não tivesse sido suscitado, como também ninguém suscitou a opinião em relação ao que deveriam ser as comemorações de Abril.

Só por isso é que falei.

É uma atitude pessoal e individual e como tal deve ser entendida, eu valorizo como tal, não é minha, que eu respeito, não falaria se não tivesse trazido a esta Assembleia como intenção laudatória, aí naturalmente que merecia a minha resposta, sob pena que quem cala consente.

Não consentindo não me poderia calar, daí esta intervenção não para repor aquilo que já disse antes, penso que ficou claro para todos que a representatividade é de todos e não exclusiva a alguns.

A minha sugestão é que, independentemente e este novo modelo orientado para setores mais objetivos e mais determinados da nossa sociedade que permitam ou que ajudem a encher uma sala o que é admissível, é um caminho, sem duvida.

Mas sugiro que pelo menos, se tenha o cuidado de falar com as pessoas que fazem parte desta Assembleia, no sentido de encontrarmos um modelo que inovando não limita a participação de todos, e que não dê a demonstração plural que saiu da revolução de Abril.

Daí a única solução que vejo é que independentemente os esforços de elevação que esta elevação não se reduza a que tudo se transforme num pensamento único com a transmissão de opinião única sem se ter em conta a opinião dos outros.

Exclusivamente isso, e no final cá estaremos para o ano que vem, expostos a comemorar Abril na sua verdadeira dimensão e a colaborar para se encontrar uma solução consensual.”

Terminado o período antes da ordem do dia o Presidente da Assembleia leu e colocou à votação as moções apresentadas à Mesa e atrás transcritas:

A Moção apresentada pela CDU sobre “**Rede Escolar do Concelho de Coimbra**” foi aprovada pela maioria com 33 votos a favor e 30 abstenções.

A Moção apresentada pela CDU sobre “**Em respeito pela Carta Educativa e pela Comunidade Educativa**” foi aprovada pela maioria com 40 votos a favor e 23 abstenções.

Declaração de Voto do Presidente de Junta de Almalaguês:

“Quero dizer que não votei a favor desta moção, o último parágrafo sendo um bom princípio não se adequa de maneira nenhuma, na minha perspectiva como Presidente de Junta, e que conhece todo o procedimento que a Câmara Municipal de Coimbra tem tido nos últimos anos, nomeadamente ainda mantém, de diálogo de pôr em prática mesmo muitas vezes contrariando o princípio orientador que vem do Estado, por em prática aquilo que tem sido o consenso entre o Presidente de Junta a Câmara Municipal de Coimbra e os Pais ouvidos.

Na minha perspectiva o trabalho tem sido este e continuamos a fazê-lo não me parece adequado que este parágrafo venha aqui.”

Declaração de Voto de Margarida Fonseca

“Concordo, com o que foi dito, ainda há pouco conversei com um elemento do Departamento da Educação, precisamente dizendo isso:

Que noutras situações num passado recente, este Executivo teve algumas posições de oposição, digamos assim, às orientações que vinham do Ministério da Educação. Portanto, se calhar não é porque o Governo tem a mesma cor política deste Executivo, que o trata de outra maneira.

Compreendo, sabemos bem que é assim, aquilo consta na moção para que seja dado continuidade a esse princípio, ou seja esse princípio de ouvir os pais e as Juntas que continue como princípio e que não se deixe cair, só por isso.”

Aprovação da ata:

Foi posta à votação a ata da reunião de 1 de Março, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara:

Nos termos da al. e) do nº1 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro foi distribuída aos membros da Assembleia a informação escrita acerca da actividade da Câmara bem como a situação financeira.

O Presidente da Assembleia colocou à discussão conjunta dos deputados municipais, os pontos de 2 a 8.

Ponto 2 - Relatório de Gestão e Prestação Contas da Câmara Municipal de Coimbra relativos a 2011:

Intervenção do Diretor Municipal Dr. Olinto sobre o Relatório de Atividades:

“Relativamente ao Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Coimbra é preciso ter em atenção uma questão que importa salientar e que tem a ver com este contexto nacional.

É obvio que o contexto nacional, todos nós sabemos qual é, sabemos quais são as repercussões que ele irá ter nas contas do Município, a 31 de Dezembro essas repercussões, ainda não são tão visíveis como seria eventualmente de esperar, mas é preciso ter a atenção que os números que vão ser apresentados são uma fotografia de 31/12, e os dados mais recentes, que eu disponho relativamente nomeadamente ao primeiro trimestre, revelam o facto de agora sim em 2012, se verifica mesmo que se está a sentir uma diminuição muito significativa nas receitas do município, e que deriva necessariamente deste contexto nacional, que obviamente a Câmara não seria imune a sofrer essas consequências.

Portanto, os dados que aqui vamos apresentar são positivos e demonstram que, de facto, o Município em 2011 teve resultados bastantes bons e bastante apreciáveis e o que significa que houve uma grande preocupação da nossa parte, apesar dessa conjuntura externa, de haver alguma contenção de modo a que a Câmara continue a ter capacidade de manter os investimentos, até para tirar partido dos Fundos Comunitários do QREN, que estão aí e nós não podemos deixar de fazer um esforço significativo, para não perdemos esses apoios. Provavelmente em breve não haverá outro quadro comunitário, pelo menos destes montantes. Portanto, tem havido um esforço da nossa parte, para termos fundos próprios para acompanhar este esforço de investimento.

Portanto, os dados principais são um aumento líquido de 16 milhões de euros, o passivo total aumentou em 3%, mas já explico porquê, o passivo médio a longo prazo, reduziu-se em 3%, tivemos um resultado líquido positivo de 4, 6 milhões de euros, os meios libertos aumentaram em 11,4 milhões e há uma melhoria significativa, dos indicadores económicos ou financeiros no seu conjunto, depois já vou desagregar isso.

Quis salientar esta questão dos juros suportados vão ver mais à frente que a factura que estamos a pagar derivado pelo aumento da deteiorização digamos assim, das condições no mercado em termos financeiros, estamos já a suportar e a ter reflexos significativos na fatura que pagamos em termos de juros suportados.

Vemos que em termos de indicadores financeiros que eles melhoraram de 2010 para 2011, quer no que diz respeito aos meios libertos, à liquidez geral que aumentou, o prazo médio de pagamento também em função dos critérios da DGAL diminuiu significativamente, a própria autonomia financeira melhorou ligeiramente e em termos de indicador de endividamento melhorou naquele caso quanto menor, melhor.

Portanto, isto é a tradução, que eu falei, dar alguns dados: O imobilizado hoje, continua a aumentar propriamente dos suportes de investimentos e capital tem sido feito pelo município nos últimos anos, e por isso obviamente se reflete num aumento significativo, de mobilidade por parte da Câmara. Ou seja, o património da Câmara tem vindo a ser nos últimos anos, enriquecido e aumentado, que obviamente traduz, de facto na Câmara numa maior estrutura, maior solidez, digamos assim.

Vimos que em 2002 andava na casa dos 100 mil milhões de euros, já vamos em 667 milhões de euros. Os próprios também aumentaram significativamente, o resultado como já vimos há pouco, cifrar-se em 4,6 milhões, o que é um saldo relativamente a 2010.

O passivo a médio e a longo prazo, tem acréscimos diminuiu em 3%, preciso de utilizar este gráfico para demonstrar que a dívidas a terceiros a curto prazo, que o município tem, são inferiores às dívidas, de terceiros a curto prazo, isto é, o que devem à Câmara hoje, é superior ao que eu devo em termos de curto prazo, significa dizer que este saldo é positivo para o Município, devem à Câmara mais em termos de curto prazo do que eu devo a curto prazo, neste momento. Significa que é preciso dizer que a nós também é preciso que nos paguem a tempo e horas, e nesse aspeto estamos a resvalar.

Os juros suportados, foi aquilo que falei, passamos de 874 mil euros para 1.600 mil, 87% de acréscimo, nós tentamos compensar isto de alguma forma, também com uma gestão de tesouraria mais eficiente, e por isso é que os juros obtidos passaram de 61 mil euros para 200 mil euros, ou seja, tentamos de certa forma fazer uma gestão de tesouraria mais próxima para que a tesouraria pudesse ser de alguma forma mais remunerada, isto para dizer que o aumento das taxas de juros de fatura em termos de juros aumentou em 760 mil euros.

A receita total subiu, já vamos ver isto em tempos desdobrados, na receita corrente quis desdobrar para explicar já aqui o efeito da tal diminuição da atividade. Temos ali o IMT diminuiu 1,2 milhões de euros, os dados que tenho no início de 2012, esta tendência está a agravar-se ainda mais e portanto significa que daqui o IMT, há uma diminuição relativamente também ali fazer nota que os fundos que vem do Orçamento Geral do Estado também diminuíram e em 2012 também diminuiu.

Que neste momento vai sempre compensar, pelo aumento do IMI que tem “compensado” o efeito negativo.

Na receita de capital, vemos que as transferências do Orçamento de Estado tem ao nível da receita de capital também diminui e há ali um acréscimo que deriva dos fundos do QREN que estão a afluir ao município e agora fazem com que as receitas de capital aumentem significativamente.

Na despesa corrente o que eu quero aqui realçar, vamos ver em termos da despesa corrente e despesa de capital há uma preocupação nossa em conter, a despesa corrente para que contendo a despesa corrente ganhar mais folga para incidir tudo na questão da despesa de capital e conseguirmos ter os tais meios financeiros para acompanhar os projetos de investimento que estão em curso e que estamos agora a lançar e queremos não deixar aproveitar estas oportunidades ainda desses projetos co-financiados que temos pela frente.

As despesas de pessoal diminuíram 5%. Nós vemos, todas aquelas rubricas sobra as quais nós temos poder de influência, são abonos variáveis eventuais todos

diminuíram, diminuíram as horas extraordinárias, as ajudas de custo, os subsídios de turno e outros suplementos diferentes. Significa dizer, tudo o que estava ao nosso alcance, tudo o que estava na nossa mão, eventualmente conter e eventualmente ser mais criterioso diria eu, ou mais rigoroso, mais apertado, nós estamos a diminuir, diminuimos no valor que pagamos nas comunicações, nos transportes na limpeza e higiene, temos ali uma que não temos maneira de a diminuir que é o combustível e lubrificantes, 16% de aumento, energia eléctrica derivou das alterações de tarifário que houve 3%. Foram estes efeitos contrários que não tenho poder de influência sobre eles, que tiveram que naqueles agregados, houvesse especificamente um aumento.

Isto é um indicador que se tem que é, o peso das despesas com pessoal, em termos da receita corrente arrecadada pelo Município. Neste momento, pesa 37,9 % o que é o valor mais baixo, desde 2002.

Há um esforço nas despesas de capital, na parte de investimento subiu 70%, ou seja, o nosso esforço e o esforço do Município, a centrar-se nas questões de investimento em bens que serão douradores e investimento em obra que é necessário que é importante termos nestes projetos financiados.

A dívida orçamental a curto prazo, neste momento situasse em 7 milhões de euros, que é menor que em 2010.

Agora em termos de taxas de execução vou passar este quadro mais rápido para não ser tão exaustivo, mas para dizer que as taxas de execução do orçamento melhoraram todas elas, quer na óptica dos cabimentos, quer nos compromissos, quer em termos de faturação, quer em termos de pagamentos melhoraram relativamente a 2010. Existem quadros desdobrados, taxa de execução de cabimento em 2010 era de 85,12; em 2011-86,62; na óptica dos compromissos em 2010-69,71; em 2011-78,43; Se for pela óptica de facturação em 2010-72,3%; em 2011-69,40; Se for por taxa de execução o por pagamento em 2010-56,32; em 2011-64%. Todas as ópticas de análise tiveram melhorias.

O valor não cabimentado é o no fundo o valor cabimentado, a ideia é ser cada vez menor porque quanto menor o valor não cabimentado significa que mais aproximado está o orçamento que eu realizei do que executei, portanto, este valor a ideia é ser, cada vez menor. Se quisermos falar nas GOP, nas Grandes opções do Plano as taxas de execução também melhoraram face a 2010, e também está aqui desdobrado, os vários quadros que demonstram que nas últimas quatro ópticas de análise elas melhoraram. Falar mais um pouco deste quadro, tem a ver com as fontes de financiamento das Grandes Opções do Plano, isto é, este quadro demonstra qual é, o peso relativo do financiamento próprio versus do financiamento alheio, no financiamento dessas GOP o que significa dizer, que, em termos de financiamento próprio, no financiamento das GOP ele aumentou relativamente a 2010, ou seja, o financiamento próprio dessas Grandes Opções do Plano representa 73% e o financiamento alheio 27%.

Relativamente aos Recursos Humanos, até para responder e desdobrar o valor que estava a falar, houve uma redução 50 elementos no efetivo total da Câmara 36 aposentações e 14 caducidades. O que quer dizer 14 caducidades, são contratos a termos que não foram renovados que chegaram aos terminus que não foram substituídos acabaram, isto revela o quê, revela que estes 14 contratos achamos que deveria haver um esforço maior por o parte da estrutura actual da Câmara e não

continuar estes contratos e chegaram a fim e acabaram. Desde 2008, reduziram certa de 90 efectivos ali é o desdobramento do quadro que eu falei, que é a redução de 7,19% de número de horas trabalhadas no montante de horas extraordinárias, a diminuição de números de dias de ausência, ali é indicadores que demonstram que nós continuamos a fazer um esforço para continuar a acolher aqui estagiários e continuar a acolher quer através de estágio, estágios curriculares, contratos de emprego e inserção e continuar numa aposta forte na formação profissional dos nossos colaboradores.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Tentarei ser o mais breve possível, porque alguns dos esclarecimentos e algumas das dúvidas que resultam de uma leitura naturalmente não tão aprofundada, como os quadros da Câmara são capazes de nos apresentar aqui. Mas, na forma que foi apresentada e chamamos a atenção de alguns, e permitam-me alguma impertinência que eu possa ter. Mas, vem a propósito de chamar a atenção para certos desdobramentos que os números de uma forma seca nos podem demonstrar mas que foram eventualmente não contestado, os números não se contestam podem talvez explicar-se melhor aquilo que contém para percebemos melhor que às vezes os índices positivos podem revelar no seu contexto e no seu conteúdo matérias mais discutíveis, não digo negativas ou positivas mas pelo menos como vimos uma redução com a despesa de pessoal cerca de 55%, resultam de imposições legais que são externas à própria actuação do Município. Se verificarmos que a redução dos efetivos da Câmara considerando os trabalhadores todos em contratos de termo, cuja caducidade se verificou e aqueles que saíram com aposentação, foram complementados no seu trabalho com recurso a trabalho “não diria escravos porque é demasiado duro”, mas muito próximo disso. A utilização das pessoas que procuram os seus estágios de formação que não são pagos efetivamente e que executam com qualidade e com máximo de competência, aquilo que lhes é pedido, e aqueles que nos são enviados aqui pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, vão ocupando as suas áreas de desemprego a trabalhar para a comunidade, se verificarmos os números, são mais aqueles que estão nessa situação do que daqueles saíram entretanto, ou seja, os lugares que saíram foram ocupados gentes sobre exploração, naturalmente por responsabilidade da Câmara, não! Faz uma intervenção fria exata das suas necessidades, aproveitando aquilo que tem à sua disposição, sem duvida é um bom método de gestão é o que é, se virmos numa forma tecnocrática, estamos a falar de pessoas que são de factos utilizadas as suas horas de trabalho e o seu esforço e eventualmente até os seus sonhos em prol do interesse público, vale a pena dar esta dimensão real que os números não refletem. Em todo o caso e voltando aquilo que importa, para tornarmos as coisas mais breves e não ficarmos com a notas marginais de uma apresentação simples, exacta e correta que nos é aqui dada e que nos suscita estas preocupações e interrogações, partamos para aquilo que dentro do tempo disponível, faça à dificuldade de análise do conjunto de documentos que nos são apresentados, digamos no tempo que temos disponível, não estamos aqui um ano inteiro a trabalhar para produzir um power point, registamos o facto e esta é uma primeira crítica, de se manter a opção pela apresentação dos resultados de uma forma departamentalizada sem que seja feita uma apreciação global do exercício do atual executivo municipal.

Sendo certo, que por um lado, torna mais fácil fazer uma apreciação crítica do resultados de cada um dos vereadores, por outro permite concluir e admite injustamente, mas nestes casos o que permite parece é, que os vários pelouros que os balanços parecem visualizar terão funcionado desgarradamente sem um rumo global previamente definido e agora globalmente a ferir nos seus resultados. As opções de política municipal, e naturalmente a sua gestão, em nossa opinião não podem ser entendidas com um somatório de partes que não se entrecruzam contribuindo para um objetivo mais vasto a tal visão de cidade que muitos reclamam mas pouco praticam quando para tal tem condições.

No fim de contas, para que serve discutir e assumir um Plano Estratégico, se depois na prática se ignoram os seus princípios e se age como se nada se tivesse discutido e concluído? Falta de jeito? Ou defeito congénito? O tempo o dirá e para o ano os eleitores o avaliarão.

Mantêm-se consistentes duas notas centrais, nos resultados apresentados pela maioria do executivo, o aumento do peso das receitas locais, no financiamento do município, mais 3% é sensivelmente correspondente à diminuição das transferências do Orçamento do Estado das verbas necessárias à garantia da transferência da responsabilidade sociais assumidas, menos 5%. Isto sim, importa avaliar, em relação ao rumo pretendente para a gestão do nosso município e na aquisição das nossas receitas, e que opção política de gestão é que deveremos ter em relação ao nosso Município, se estamos ou não de acordo, que se persista neste desvalorizar neste esvaziar de capacidade de intervenção municipal em detrimento dos custos e das determinações centrais para responder a qualquer uma Troika, seja ela qual for.

Tendências que se notam de forma exemplar, e ao nível das despesa do auto financiamento dos transportes públicos de Coimbra, e nos encargos com a Educação. Isto é, continuamos a ter que falar nisto, efetivamente naquilo que é mais notório, mais evidente, em relação ao tratamento diferenciado que as autarquias, e neste caso a autarquia de Coimbra tem tido por parte do Poder Central.

A contribuição do orçamento do estado é relevante, ignora na forma persistente, diria insultuosa o esforço pedido aos munícipes aos conimbricenses que pagam os seus impostos a quase na totalidade dos custos sociais dos transportes públicos nos quais na central de Coimbra tem um função metropolitana prestando o serviço a todos os utentes, ainda que residam em outros municípios e aí paguem os seus impostos.

Curioso, tivemos hoje uma apresentação uma reinauguração do Metro de Coimbra onde estiveram presentes os três Presidentes de Câmara, que estão diretamente envolvidos, é de saudar esta unidade da acção em torno de um projeto que me parece estratégico para a Cidade e para a Região, mas que efetivamente ano após ano se persista, governo após governo desta ou daquela maioria, desta ou daquela cor, que persistam com este ignorar da Cidade. Seja um salto qualitativo da nossa posição coletiva e da nossa capacidade de afirmação coletiva, porque até agora é uma enorme timidez, um enorme colher de ombros, que leva ao descrédito geral daqueles em quem nós votaram e naturalmente também me envolvo na responsabilidade que daqui saíam.

É notória a complacência mostrada pela maioria do Executivo Municipal a qual do apelar dos sucessivos pedidos de alertas nada fez para contrariar a situação, naturalmente com esta inauguração, “há que dar o mérito” a esta inauguração que foi feita antes desta Assembleia Municipal.

Bom, mas não queremos ser acusados de alguma injustiça, não podemos deixar fora desta maioria, o PS compreensivelmente a assobiar para o lado, tentando escapar os efeitos políticos do acordo que houve com uma conhecida trindade estrangeira, e que tão diligentemente o governo do PSD e do CDS tem vindo a aplicar contando com as arreguidas abstenções e de veementes votos favoráveis nos instrumentos da sua aplicação. Tanto mais que se mantêm deste mesmo governo, deste mesmo Partido Socialista a redução do peso das receitas correntes provenientes das transferências do orçamento do estado em cerca de 8,6% em 2009 e 8,3% em 2011 descontando naturalmente a percentagem fixa do IRS cobrada aos munícipes de Coimbra mais o imposto directo transferido para orçamento local e considerando este montante em boa verdade mais um imposto directo, ainda que de cobrança central a percentagem assim seria só de 18%, metade dos impostos diretos municipais, 39% da receita municipal em 2011, é muito meus senhores. A lógica distributiva do orçamento de estado tem por obrigação distribuir dos sítios mais ricos para os sítios mais necessitados. É estrondosa, esta incapacidade, de termos centrais em perceber e dar dignidade e consistência às autarquias locais e à sua capacidade de intervenção.

Não sejamos nós capazes de contrariar isto, e isto é transversal a todos os partidos, queiramos nós, não sejamos nós seguidistas em relação àquilo que nos impõem de cima, não sejamos nós, tão agarrados ao poder que ignoramos o desastre, que a prazo pode trazer à capacidade de iniciativa e de capacidade de intervenção municipal.

Neste caso, é ao cidadão de Coimbra, com os seus impostos municipais, que tem vindo a suportar as suas custas, em particular o IMI, cuja receita corresponde já, a cerca de ¼ da receita total. Sendo que os impostos diretos ascendem um total de 39% da receita global do Município, só não sendo ainda maior, provavelmente superior a 50%, porque a conjuntura económica tem afetado negativamente a cobrança do imposto de transição imobiliária e tem afetado e só um efeito indirecto, porque senão, esta percentagem que nos foi ali apresentada das receitas próprias, seria sensivelmente superior. Ou seja, esta lógica indireta, de redução das receitas não nos permite estar enormemente satisfeitos, até porque no caso do IMI, provavelmente iremos ter problemas muito sérios, porque em muitos casos vamos assistir durante este ano à quintuplicação do imposto para muitas famílias e isto é um problema social grave, porque vai afetar aqueles que não tiveram outro remédio do que não comprar habitação própria, e que vão ser onerados pelo um custo que não vão ser capazes de o suportar. E isto é um imposto municipal. Isto não é do governo é nosso! Daí que não podemos deixar de relembrar e relembraremos em todas as Assembleias Municipais e em todas as oportunidades o compromisso público assumido em Setembro pelo senhor Presidente da Câmara de se proceder à descida do IMI, e já vem tarde, a descida do IMI a cobrar em 2013, decidida para este ano, até porque se antecipa por via das avaliações a realizar em 2012, o aumento exponencial deste imposto. O aumento exponencial deste imposto tem sido anual, ou seja nos últimos 7/8 anos, este imposto mais que duplicou, em termos de

receitas municipais. Isto é um absurdo é claramente uma opção para ir aos bolsos dos munícipes de Coimbra, tem sido constantemente e todos os anos contando com o voto contra da CDU.

É uma opção clara deste executivo, como também foi dos executivos anteriores, uma opção de tributar o património dos desgraçados que não tem outro sítio onde viver que foram obrigados muitos deles a comprar casa própria. É uma opção ideológica, é uma opção criticável, não é agora quando as pessoas estão com a corda ao pescoço que se tomam medidas pré eleitorais para satisfazer o eleitor.

É por isso que alertamos já, é por isso que não deixamos cair isto, não deixamos que isto seja o acto abnegado ou uma oferta do senhor Presidente porque é uma exigência social de diminuição dos impostos sobre o património dos habitantes de Coimbra.

Mas é num quadro de crise, que temos no orçamento um super hábito cerca de 4,6 milhões de euros. É um excedente que revelando, e poderíamos estar aqui contentes e satisfeitos pela capacidade de gestão do executivo camarário, perdoem-me, quem faz uma previsão a um ano, a um ano, não estamos a falar de cinco, seis, sete ou oito, estamos a falar a um ano e erra neste montante, só pode ser acusado, de uma preocupante dificuldade de previsão que revela ainda a notória falta de ambição que tem caracterizado a ambição de governação da maioria do executivo. Não faz sentido que num quadro de crise nós tenhamos um excedente, não é capaz do executivo encontrar um equilíbrio nas previsões, que encontrem capacidade de investimento, na educação, na acção social, um excedente nesta altura? Isto é boa gestão?

Isto é uma incapacidade de previsão brutal que tem que ser aqui anunciada e não pode ser passada como indício de uma boa gestão. É uma péssima gestão! Não é capaz de prever o futuro num curto prazo, quanto mais num médio ou num longo prazo. É por isso, que não consideramos relevante a constatação de uma maior taxa de execução geral, já que, ao contrário do que se poderia pensar, não pode ser explicada pelo menos não é invocada e muito menos demonstrada por uma maior ineficiência na utilização dos meios mas sim, pela opção de navegação há vista sem se deslumbra opções futuras. É simples a maior taxa de execução, nós podemos ter um nível de execução em termos reais em termos financeiros, iguais a 2008, se o orçamentado for igual a 2009 provavelmente teremos um aumento da taxa de execução sem se fazer mais do que se fez em 2008.

Os números valem o que valem, e quando tratamos de percentagem é disso que estamos a falar, é bom executarmos mais, mas se diminuirmos o patamar superior é natural que fazendo o mesmo do ano passado este ano se faça a percentagem aumente, não é relevante, e percebamos no concreto o que é feito para além das obras de regime como o Convento de S. Francisco, o I'Parque e vamos ver como é que isso avança, e pouco mais do que tem sido aqui apresentada como obra de grande capacidade. Tanto mais isto é grave quando se manteve uma opção centralista de governação do executivo, aforreando e não centralizando as juntas de freguesia desperdiçando os meios e recursos que poderiam ser bem aproveitados e geridos pelas freguesias, que na sua maioria revelam taxas de execução elevadíssimas e que sabem onde e como melhor utilizar o dinheiro disponível em favor dos munícipes. Aliás, não é este o ponto de ordem de trabalho bem que poderia ser esta gerida em 2012 o excedente verificado em 2011. E aqui iremos

aprovar uma alteração ao orçamento de 2012 que vai acolher este tal excedente sem se saber bem em que rubricas vai ser apresentado. Uma rubrica genérica na digo “saco azul” tal não existe nesta Câmara como é obvio mas, naturalmente numa rubrica indistinta da qual não sabemos de onde e para onde sairá o dinheiro.

Desde já deixo uma sugestão que seja gerida então, pelas freguesias, que seja distribuída e aumentada a capacidade de gestão das freguesias, com este excedente, e que esta alteração orçamental se suceda a outra em fase desta divisão de 4,6 milhões de euros dá para reforçar a capacidade de intervenção das 31 freguesias de Coimbra que saberão onde rapidamente aplicar o dinheiro e naquilo que é mais urgente.

Esta política de gestão não nos serve, ainda que apresente aparentemente resultados inter positivos, como já verificamos os números são lidos de variadíssimas maneiras, dependendo dos olhos de quem os vê e provavelmente vai-se agravar esta lógica de gestão, a concretizar-se uma dita reforma do Poder Local, mais não é, como já dissemos, o desfiguramento do sistema eleitoral com eliminação da eleição direta das Câmaras e em imposição de um regime de executivos mono cores e de irremediavelmente, não apenas as características florais e democráticas, hoje existentes mas sobretudo consagrando um regime construído sobre o poder absoluto e a falta de controlo democrático, potenciando a ausência transparente nos factores de corrupção.

Consta, que terá já o apoio do PS, e que será baseado em anteriores propostas deste partido assumido agora pelo governo.

Boa oportunidade para o Partido Socialista cumprir a ameaça ontem feita na Assembleia da República, e definitivamente fazer uma rotura democrática, uma rotura verdadeiramente democrática, e sito, com quem ousar tentar destruir uma legislatura que levou décadas a adquirir.

Neste caso, o Poder Local Democrático, cujo os contornos nasceram com a Constituição de 1976, configuradora dos consensos políticos, que nasceram com o 25 de Abril de 1974. A tal não acontecer a hipocrisia deixa de o ser, para se transformar em mera cumplicidade e colaboracionismo do que os interesse dominantes.

Não serve esta forma de gestão, mas tem um mérito permite critica frontal e o apontar de responsáveis, porque os seus resultados, até ver, ainda são sindicáveis, é o que fazemos demarcarmos clareza de uma formas de gestão autárquica que ainda que bem intencionada está limitada pelas suas opções ideológicas próprias que contrariariam o alargamento da participação e da auscultação dos interessados, construindo cenários teóricos que depois não sabem escapar já que não conhecendo os problemas se torna incapazes para eles de encontrar soluções.

O nosso voto será contra.”

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

“Eu acrescentaria, talvez por lapso o Pinto Ângelo não referiu, mas tudo bem, a bancada da CDU é só uma, por isso eu acrescento agora.

Se de facto há um dinheiro que cresce, ou seja se a Câmara teve lucro, porque não distribuir essas verbas pelas freguesias. Como sabem todas as freguesias tem sofrido extraordinariamente com o retirar das verbas que têm sido feitas desde 2008 têm sido obrigadas a devolver verbas 10%, que tem diminuído extraordinariamente

o dinheiro que vai para as freguesias fazendo ao contrario do que deve ser feito, ou seja de vez de centralizar e entregar as instituições mais próximas da população que sabem bem, que é mais fácil fazer o acompanhamento das populações, o contrario agora o dinheiro fica centralmente com mais dificuldade de ser gerido como deve ser.

Era só este acrescento que eu precisei dizer em relação às freguesias e ao que o deputado Pinto Ângelo disse.

Sempre a CDU se tem exigido e tem lutado pela igualdade de tratamento dos SMTUC em relação aos Serviços de Transportes Públicos de Lisboa e Porto. Aqui e na Assembleia da República temos defendido o financiamento do Estado aos Serviços de Transportes de Coimbra. Os governos não têm respondido a esta e outras exigências dos cidadãos de Coimbra (lembramos o fim do financiamento ao Metro Mondego).

Para resolver a falta de financiamento a Administração dos SMTUC propôs medidas que pioram a situação das populações — aumento dos preços dos transportes, diminuição de linhas e de horários (havendo populações que após as 20 horas ou não se podem deslocar ou usam transportes próprios).

Consideramos que os SMTUC e a Câmara de Coimbra ainda não fizeram tudo o que deviam para exigir o financiamento do governo, não podem agora argumentar com a diferença na direção política do município e do governo.

Preocupa à CDU que as consequências desta falta de financiamento venham a recair sempre sobre os mesmos, a população de Coimbra, especialmente a mais desprotegida que vê agravadas as despesas com os transportes e vê piorar o acesso a esses mesmos transportes.

A CDU considera que a Administração dos SMTUC e a Câmara Municipal de Coimbra devem exigir ao Governo o financiamento dos transportes públicos de Coimbra, para que a população de Coimbra não esteja a ser mais uma vez prejudicada.”

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

“Relatório de Gestão e Prestação de Contas 2012

A apreciação do Relatório de Gestão e prestação de contas do Município, do nosso ponto de vista deve ser equacionada criticamente à luz de duas linhas de análise que intimamente interligadas se complementam e justificam. Por um lado aprecia-se o respeito pelos bons princípios da gestão financeira do município e a transparência das contas prestadas, por outro lado, deste insociável, analisam-se as orientações e opções de gestão política plasmadas nas Grandes Opções do Plano e o grau de execução das mesmas.

A posição política tomada pela bancada do BE aquando da aprovação do Orçamento deste executivo municipal, foi perfeitamente clara e inequívoca e é à luz das posições então defendidas que deve ser entendida a nossa apreciação d este relatório.

Passemos então à análise do relatório de gestão e execução orçamental de 2011 que nos é proposto à aprovação. Não será preciso ser técnico de finanças para desde logo identificar um conjunto de problemas reincidentes ao longo dos últimos anos.

O primeiro reparo crítico que assinalamos prende-se com o desfasamento entre as receitas previstas e orçamentadas, quer correntes quer de capital e as correspondentes taxas de execução das mesmas. Desfasamento que se traduz numa diferença negativa de 51,4 M € de que resulta uma percentagem de cobertura da despesa prevista de apenas 66,4%, o que aliás se encontra em linha com o que se tem vindo a verificar nos últimos anos.

Com efeito, quer a taxa de execução orçamental das receitas correntes, quer as de capital ficaram, mais uma vez, bastante aquém das que foram previstas e inscritas em sede de orçamento. A taxa de execução das receitas de capital ficou-se pelos 36,5% arrecadando apenas 23 M€ dos 63 M€ previstos em sede de orçamento. Para tal situação concorreu, em grande medida a fraca taxa de execução prevista na rubrica “Venda de bens de investimento” que se ficou pelos 13,2% apenas arrecadando 3,2 M€ dos 25 M€ previstos. Argumentarão executivo em sua defesa que a culpa é do mercado que se encontra em recessão (vá-se lá saber porquê). Porém, as condições pouco favoráveis do mercado para a alienação de bens de investimento não constituem nenhum dado imprevisto, antes pelo contrário. Pelo que esta prática reiterada do executivo municipal de sobrevalorizar as receitas, sabendo à partida que elas não são realistas, além de constituir uma má prática de gestão financeira, compromete a despesa e consequentemente a própria concretização do orçamento previsto e aprovado por esta Assembleia, que não por nós.

Se poderá ser entendível algum desencontro entre as receitas previstas e as cobradas, pensamos que um desfasamento tão grande repetido ano após ano, não só não traz verdade ao orçamento e às suas propostas de execução, como gera alguns efeitos negativos que importaria corrigir.

Perante tal situação, voltamos a insistir na necessidade de preparar um orçamento de base zero, no seguimento de proposta nossa aprovada por esta Assembleia. Bem sabemos que a execução de um orçamento de base zero não é tarefa de fácil execução, não só pela falta de experiências neste campo, como de suportes teórico-práticos. Pelo que deixamos aqui como sugestão metodológica que se comece a fazer caminho gradual, começando por um ou dois dos programas orçamentais e progressivamente se estenda a todo o orçamento. Parece-nos uma medida sensata e exequível, assim haja vontade política para o fazer. Esta, aliás, não é uma medida de esquerda ou de direita, mas antes de boas práticas de gestão financeira que pode contribuir para orçamentos mais verdadeiros.

Do desfasamento entre a receita prevista e a receita efetivamente cobrada resulta óbvia a falta de liquidez financeira que além de comprometer o desenvolvimento de vários projetos e ações inscritas em sede de orçamento, pode ainda induzir à realização de despesas sem a necessária cobertura financeira. Consequência natural de tal situação é, nomeadamente, a dilatação dos prazos médios de pagamento de dívidas a terceiros, que em 2011 se situou nos 99 dias. O que, para além de acarretar consequências profundamente negativas para a economia das empresas, reduzindo a sua liquidez, traz ainda consequências negativas para a imagem e credibilidade do município, agravando as condições da contratação pública. Outra consequência não despicienda é o encargo com juros de mora pelo atraso nos pagamentos às empresas, o que acarreta um aumento das despesas, agrava a

situação financeira do município e compromete alguns investimentos que deixam de poder ser realizados.

Não podemos deixar de trazer aqui à colação a evolução das receitas cobradas de IMI que constitui a maior fatia das receitas correntes, atingindo os 32,5% num valor de 24,5M€ claramente acima da receita prevista (21,2M€). No total da receita cobrada tem o significativo peso de 24,22%.

O aumento progressivo desta receita, registado de ano para ano conjugado com a tremenda situação de crise económica que atinge as famílias portuguesas, coloca na ordem do dia a necessidade de proceder a uma ligeira redução das taxas de IMI, como propusemos em momento oportuno. Tanto mais que com o processo de reavaliação em curso dos prédios urbanos, se prevê que os encargos com o IMI possam chegar a quintuplicar de valor.

Com efeito, são cada vez em maior número os casais e pessoas singulares que se vêem obrigados a entregar as suas casas ao fisco. Números publicados recentemente na imprensa apontam para a venda diária pelo fisco de 25 casas. Uma eventual quebra de receitas poderia ser compensada com a aplicação de taxas de agravamento do IMI a aplicar aos proprietários dos prédios devolutos e degradados, o que, articulando com outras medidas, por nós já propostas, de incentivos à reabilitação urbana, poderia constituir uma estratégia de incentivo aos proprietários para procederem à reabilitação dos seus prédios, sobretudo nos centros históricos da cidade, que estão em situação de progressivo abandono e decadência acelerada.

Porque uma política de reabilitação urbana sustentável constitui, para nós, uma das prioridades programáticas para a nossa cidade, não podemos deixar de assinalar com alguma preocupação crítica os fracos investimentos feitos na área da “*Reabilitação Urbana dos Centros Históricos*”, que além de já terem comportado cortes orçamentais bastante significativos, apresenta uma baixa taxa de execução das GOP, tendo-se ficado por uns magros 23,35% se considerarmos os compromissos, correspondendo a 1,5M€ dos 4,5 M€ previstos.

Com este ritmo de investimento e uma reabilitação casuística, sem um estratégico plano de conjunto e uma aposta forte em termos financeiros, a agonia do centro histórico da cidade será, infelizmente, uma certeza. Preocupantemente fraca é também a taxa de execução do programa “Ações de Desenvolvimento e Qualificação Urbana”, que se ficou pelos 22,63%. Dos 5,1 M€ previstos no orçamento somente 1,1 M€ foram aplicados. Por seu turno o programa “*Promoção da Habitação, Reconstrução e Renovação Urbana*” também apenas regista uma taxa de execução de 48,4%. Os “Espaços Verdes e Jardins” já de per si com um orçamento emagrecido, apenas investiram 304.811 euros o que representa uma taxa de execução de apenas 29, 27%.

Quanto ao passivo registado nas contas do município continuou a crescer em 2011, aumentando 3,1M€, atingindo os 182,8 M€.

Quanto ao resultado líquido de 4 M€ apresentado nas contas, não se trata de um excedente, como aqui foi dito, mas sim o resultado de uma falta de eficácia na taxa de execução em diversos programas. Pois que é fácil obter receitas líquidas quando não se investe e não se cumpre os programas, alguns nem pela metade.

Concluindo, em coerência, e ponderando as críticas que formulámos ao Relatório de gestão e prestação de contas e ao sentido das orientações políticas de gestão da

cidade que lhe estão subjacentes, o sentido do nosso voto será no sentido da abstenção do presente Relatório.”

Relativamente ao Relatório de Prestação de Contas dos SMTUC

Coerentes com posições críticas que anteriormente temos vindo a assumir relativamente ao poder central, no que diz respeito à atribuição de subsídios compensatórios concedidos aos serviços públicos de transportes urbanos, reafirmamos mais uma vez a nossa atitude crítica e disposição para as ações que se entenderem as mais adequadas, no sentido de defender os legítimos direitos dos cidadãos de Coimbra a não se verem discriminados, como cidadãos de 2.ª sem quaisquer direitos aos subsídios de que usufruem os serviços de transporte públicos de Lisboa (Carris) e do Porto (SMTP). Coimbra, como, aliás, outras cidades que prestam serviços públicos de transporte em tudo idênticos, não tem direito a contrapartidas financeiras equivalentes, o que muito contribui para o agravamento da fatura suportada por todos os municípios, que no ano de 2011 orçou os 4,6 M€.

Confesso que aguardo com alguma expectativa o discurso da bancada da maioria PSD/CDS/PPM a fim de conferir se o registo crítico de outros anos em que o poder central era dominado pelo PS, se mantém com igual vigor e veemência, ou se pelo contrário se ameniza ou esvazia.

A sustentabilidade dos SMTUC passa por uma verdadeira política de promoção do transporte coletivo, que garanta um transporte cómodo, eficiente e fiável bem como a captação de novos utilizadores. Os números que este relatório de prestação de contas nos traz, não indiciam ir nesse sentido, uma vez que se regista uma estagnação da procura. Pensamos ainda, que a aposta em termos de renovação da frota deve privilegiar a aquisição de troleicarros que além de mais ecológicos, são mais baratos em termos de consumo de energia.

Tendo em conta os números e indicadores do Relatório de gestão dos SMTUC, bem como as condicionantes da sua exploração o nosso voto vai no sentido da abstenção.

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):

“Quando se analisa documentos de Prestação de Contas e Relatórios de Gestão do Município ou dos Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos, a nossa preocupação, à partida, é ver se determinados princípios que de uma maneira geral estão subjacentes a este tipo de análise, se verifica ou não, designadamente os princípios estabilidade orçamental, transparência orçamental, porque de facto o que estamos aqui a ver, é analisar as contas do Relatório de Gestão não estamos neste momento a analisar questões que tenha a ver com das grandes opções porque estas já forma discutidas a quando a aprovação do respetivo orçamento.

Questões que tem que ver com o equilíbrio financeiro, e com o endividamento, ou com a equidade inter-geracional, isso são preocupações que tem que estar subjacentes com a análise deste e é neste sentido que a promoção do desenvolvimento económico e do bem estar social dos cidadãos que é fundamental quando analisamos este tipo de relatório, e as contas que nos são apresentadas e é com satisfação que se verifica que a Câmara Municipal de Coimbra, é neste caso em relação à grande generalidade dos municípios em Portugal, um exemplo de gestão. É o que se verifica pelas contas que foram apresentadas, o equilíbrio entre

o ativo líquido dos meios existentes e o passivo está absolutamente controlado, pelos fundos próprios, é uma evidência, e tal situação é de alguma forma confirmada, também em termos de boa gestão, em relação ao grau de execução orçamental, quer no âmbito da despesa, quer no âmbito da própria receita. E quanto à receita é claro eu ouvi, há pouco aqui, algumas críticas, no sentido da imprevisibilidade da receita quando se avança com um orçamento e se definem objetivos do ponto de vista depois da despesa, mas também sabemos, que nos tempos em que correm não é fácil fazer previsões absolutas de receitas, nós sabemos os constrangimentos que, neste momento, estão todos os dias a condicionar à acção governativa quer do Estado em geral, quer dos municípios também e neste caso do município de Coimbra em particular.

As taxas de execução das Grandes Opções do Plano fazem, e de acordo com aquilo que se verifica, existe uma aposta fortíssima das políticas de apoio às freguesias. É um facto que ninguém pode deixar de apreciar.

A função social de transportes públicos também esteve na base dessa aposta política que, as senhoras e senhores deputados que aliás, há pouco, nas vossas intervenções também já tiveram a oportunidade de referir em relação às inquietações que existem quanto a discriminação negativa que se verifica em questão aos transportes coletivos de Coimbra.

O abastecimento de água e de saneamento, aposta à higiene pública, no desenvolvimento económico e no apoio a actividade empresarial quer também na educação e no fomento desportivos. Por isso é que, a margem disponível, ao nível do endividamento líquido neste momento se verifica que existe uma folga, que concertiza repararam, existe uma folga em termos de incapacidade de endividamento líquido desta autarquia na ordem dos 67M€ o que é, verdadeiramente assinalável, pergunto quantos municípios deste País é que de facto tem esta taxa com esta capacidade de endividamento líquido.

Por isso, eu há pouco ouvi como aliás me compete, com muita atenção as críticas que a CDU fez, em relação ao resultado líquido do exercício, 4.600 milhões. e de facto cada um este tipo de contas, com os olhos que tem, nós estamos a falar de racionalidade, estamos a falar acima de tudo de prudência, porque nós sabemos o que é que aí advêm, não é a incapacidade, os senhores vêem a incapacidade, quando efetivamente, por exemplo, existe resultado líquido que no exercício deste valor, não sei o que vão chamar, quando verificam ou quando devemos verificar que existem muitas autarquias locais que neste momento estão em falência técnica, que não tem qualquer possibilidade de continuação e de fazer jus às expetativas dos cidadãos desses concelhos. O que é que os senhores chamam aquilo quando nós estamos a gastar o que se não tem, os senhores acham que podemos continuar a gastar, aquilo que não se tem, como aliás se tem feito, nos últimos anos a ponto de se colocar o País numa situação verdadeiramente desgraçada? Os senhores acham quando se diz que nós tivemos uma capacidade de gestão no sentido de obter 4.600 mil euros, os senhores acham que isto é incapacidade, eu acho que isto é racionalidade? Acho que isto foi a capacidade que este executivo encontrou no sentido de não cair numa situação de endividamento e esse sim, o endividamento é absolutamente insustentável.

Nesse sentido, o reforço da dotação orçamental para 2012, e naturalmente porque uma coisa é o resultado líquido do exercício e outra coisa também é o saldo de

disponibilidade orçamental da receita, efectivamente nós, estamos de acordo que, por questões de cautela, por uma questão de prevenirmos o futuro, sabemos daquilo que nos está por aí a chegar, evidentemente que será de boa gestão reforçar os meios financeiros em relação ao orçamento deste ano.

Mas também, deixe que vos diga que, ao nível dos Serviços Municipalizados de Transportes, quando o senhor deputado do Bloco de Esquerda referiu à questão também da discriminação negativa que se faz, quanto à questão das compensações e também a CDU referiu isto.

Quero dizer que a bancada da maioria, não tem o discurso trocatintista, nós não dizemos uma coisa há 4 anos e dizemos outra hoje. Nós estamos concretamente decididos a continuar com a crítica que temos que fazer em relação à injustiça que se faz em relação a Coimbra e à sua região. Quer no problema das compensações, em relação aos transportes públicos, quer em relação àquilo que há pouco se verificou no átrio da Câmara Municipal, aquando da exposição relativamente ao Metro Ligeiro de Superfície. Nós vamos continuar a dizer exatamente que efetivamente se continuarem com a política discriminatória nós vamos continuar a exigir que efetivamente se faça justiça.

Para terminar quero dizer com efeito a função social dos Serviços de Transportes Urbanos de Coimbra, tem uma estrutura que corresponda às necessidades de coesão do concelho, ao nível da mobilidade e dos transportes, porque continua a sustentar um passe social que tem um peso de 73,7% nos títulos dos transportes, isto é, absolutamente assinalável, quero dizer que isto é política social deste município, e não digam que efetivamente a Câmara Municipal não está preocupada com aquelas questões mais batentes que são as dificuldades das pessoas, porque também não obstante isto, sabemos que os Serviços Municipalizados tiveram que fazer uma gestão muito rigorosa, porque o aumento das matérias primas foi subsidiárias muito violenta pelo que achamos que existiu uma excelente capacidade de resposta face às necessidades das populações dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos e a sua Administração tiveram um serviço notável.

Por essa razão em todos os pontos que estão em discussão a bancada da maioria vai dar o seu voto favorável."

Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (Por Coimbra):

"Os deputados que intervieram anteriormente, já deram uma imagem bastante pormenorizada dos documentos que foram apresentados.

Apenas direi que, a apresentação deste documento pela Câmara Municipal de Coimbra e pelas Empresas Municipais tem a sua apreciação, são documentos claros e transparentes e mostram um excelente execução orçamental, políticas económicas financeiras e sociais que têm sido digamos a prioridade dos executivos e deste executivo em particular.

O excedente, como lhe foi chamado, é importante que o resultado que se obtêm por uma gestão rigorosa, assegurem e permitam uma solvabilidade de uma autonomia financeira, que são essências ao reforço da credibilidade do município, e que mais uma vez também aqui está em contar ciclo o Município de Coimbra o que se passa em Portugal nos últimos anos.

A razão principal que pedi para intervir tem a ver essencialmente com o ponto 6.

Isto, pela experiência que tenho das autarquias e freguesias, é importante realçar que este ponto, é um ponto que deve estar em todas as ordens de trabalho e que todas as freguesias devem realizar, que é o Inventário de Património de Freguesia. Assim como está aqui o Património Municipal, as freguesias devem ter a inventariação do seu património de freguesia. Pela experiência que tive, nos 3 mandatos que desempenhei o inventário era uma peça que normalmente não era realizada.

Sempre clamei que deveria ser feito o inventário do património da freguesia, para que quem venha no futuro, saiba aquilo que é do povo e dos fregueses dessa freguesia.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Não quero deixar de responder ao senhor deputado da CDU.

Quero dizer que tem muito carinho em censurar o Partido Socialista pelas suas opções e comportamentos políticos. Mas também lhe quero lembrar, que não lhe fica muitas vezes bem repetidamente ser ingrato, para com as coligações que PCP/CDU na sua vida política partidária.

Não esqueça que esta devastação social económica e moral que se assiste é da responsabilidade da CDU e dos demais partidos de esquerda, quando na Assembleia da República resolveram pôr este governo hoje de direita que nos governa. Fica-lhe isso muito bem, não esquecer as coligações que faz. Mas também dizer “não ponha de fora a água do capote”, por esta má gestão que o senhor veio aqui salientar deste Executivo da Câmara, “não ponha de fora a água do capote” porque é responsável por ela o senhor partilha dessa gestão, o senhor não está na oposição, a população conimbricense já mencionou isso, não esqueça que a vossa votação nas juntas de freguesias foi sensivelmente o dobro daquela que a CDU tem hoje em termos políticos, porquê, porque vocês partilharam esta gestão, com este executivo, não tem outra explicação.

A rotura democrática que o senhor quer fazer que o Partido Socialista faça, convido hoje, a fazê-la na coligação que o senhor hoje tem aqui na Assembleia Municipal de Coimbra.

Assim o senhor é coerente, não é ingrato, para as suas coligações que faz, sei que hoje estão arrependidos. Vem aí eleições, hoje tem o pelouro da Habitação Social, mas quero lembra-lhe quando a Câmara de Coimbra foi Governo ou quando teve o pelouro da habitação eu recorde-lhe quando era Presidente a Maria Judite Mendes de Abreu, O Dr. Mendes Silva, o Manuel Machado, enquanto Presidente e vereador do pelouro da habitação desta Câmara, sabe quantas habitações sociais se construíram na Cidade nessa altura perto ou pouco mais de mil, e agora sabe quantas desde que vocês tem o pelouro da habitação é “zero” senhor deputado! Não seja ingrato o senhor também é responsável e a população de Coimbra nas próximas eleições vai-lhe responder nas urnas.

Esperava-se que esta Câmara, na apresentação do seu Relatório de Gestão e Contas de 2011 nos desse alguns sinais de humildade e viesse reconhecer que no quadro de crise generalizada, não conseguiu, não consegue implementar quaisquer medidas que prometeu aos conimbricenses na sua campanha eleitoral.

Mas não. Sentindo o cheiro do que tem sido a sua inércia, a incapacidade da sua gestão, resolve fugir para a frente, num caminho sem qualquer racionalidade e anuncia com trombetas, em nota que distribuiu à comunicação social um resultado líquido positivo da sua gestão da ordem dos 5 milhões de euros positivos e que as taxas de execução se situam próximo dos 70%.

Todos os dias há empresas que fecham e não há uma única que labore no I'Parque. Todos os dias, há famílias que vão para o desemprego; todos os dias, há novos pobres e esta Câmara afirma um resultado de execução positivo. Até parece que esta Câmara gera riqueza.

Não importa dizer aos conimbricenses que a dívida da Câmara a curto prazo aumentou. Que não se enfrentou e travou o despesismo injustificável; que não se pôs termo a certos abusos. O que importa dizer nas trombetas da comunicação social para os conimbricenses ouvirem é que a Câmara deu um resultado positivo. Não cola tentar fazer coincidir a utopia com a realidade. A aritmética dos números não coincide com a realidade que encontramos

Nisto consiste o exemplo de boa gestão a que se referiu o deputado do PSD Moisés Geraldes, quando como bom exemplo, apontou a capacidade de endividamento desta Câmara. Quero lembrar-lhe, a capacidade que deixou presidente Manuel Machado há quase 12 anos quando esta maioria tomou posse dos destinos desta Câmara. Verifique a capacidade de endividamento, de então e as de hoje.

É verdade, como consta do Relatório de Gestão, que as despesas correntes foram inferiores às receitas correntes.

Mas é igualmente verdade que a verba orçamentada a arrecadar com o IMI foi de 21.199.193€ e o que se cobrou foi bem mais, 24.592.427€, mais 24,2%.

Receita fiscal que igualmente também aumentou na Derrama e bem assim no Imposto de Circulação.

Mas apesar deste “colossal” aumento real da receita de impostos, o município transferiu para as freguesias apenas metade do que orçamentou.

Nas despesas de capital de 4.030.873€ previstas no orçamento para transferir para as freguesias apenas foram transferidos 2.180.122€, ou seja, cerca de metade.

Nas transferências correntes sendo previstas cerca de 10 milhões, apenas foram transferidos 6 milhões.

E nas demais transferências, onde se incluem as que se destinam às colectividades, ao associativismo, dos 3.961.614€, apenas foram transferidas menos de metade, apenas 1.834.573€.

Tem aqui plena justeza a afirmação do Dr. Luís Marinho, líder da bancada do PS **NÃO SE VÊ NADA FEITO**”.

O senhor deputado Gaudêncio, aqui há pouco teceu boas ao trabalho desenvolvido pelo Executivo Municipal.

Para nós Socialistas “O Rei vai Nu”!

Sugeríamos e convidamos todos os senhores deputados, a atravessar connosco a BAIXA, subir a Rua de Montarroio e daí contemplar a Av. Sá da Bandeira.

Tanto basta!

A grande preocupação do Partido Socialista é a constatação da enorme falta de investimento desta Câmara, apesar do aumento da receita dos impostos.

Os números não enganam. A receita de impostos directos é de 39.046.160€. O total das transferências, mais as transferências de capital para as freguesias é de cerca de 3 milhões.

Uma Câmara que não investe, uma Câmara que do “bolo” transfere para as freguesias e associações apenas umas migalhas, uma cidade onde “Não se vê nada feito” e recebe uma receita acrescida de imposto, necessariamente tem de apurar um resultado ou um “espectáculo” de números que não passa disso mesmo. É o que traduz este Relatório e estas Contas.

Em 2011, as transferências para as freguesias foram sensivelmente de metade, note-se bem, metade, do que em 2009.

O Partido Socialista não confunde a alegria e nobreza das comemorações do 25 de Abril com o dever desta Câmara transferir para as freguesias o que efectivamente elas têm direito, porque fazem bem melhor o que a Câmara não é capaz de fazer.

O 25 de Abril, o Poder local e as freguesias merecem muito mais.

O Partido Socialista como o faz o ROC, não pode também deixar de fazer as reservas às contas da Câmara e por isso não as pode votar favoravelmente.

De novo, apesar das repetidas chamadas de atenção, nas anteriores intervenções que aqui tenho efetuado, não são facultadas as Contas das empresas em que a Câmara detém participações.

Não é aceitável que nas contas, se omitam responsabilidades Financeiras resultantes de ações judiciais em que a Câmara é ré.

Sem isso, não há contas certas. Fica sempre a dúvida.

O ROC, como nós sistematicamente, põe reservas às Contas. A Câmara é repetente na omissão.

A actividade e o resultado das empresas em que o município tem participação deverá ser facultada a esta Assembleia em informação a prestar pela Câmara, porque esta é uma das competências que a lei lhe atribui. E não foi.

Como já o fizeram os vereadores do Partido Socialista, não resta se não abster-nos na votação das Contas e Relatório.

Intervenção do Presidente da Câmara

“Só quero lembrar duas coisas muito rápidas. Esta é a primeira vez que discutimos contas desta Câmara depois da catástrofe financeira que percebemos em que o País estava metido. Eu queria lembrar isto, nós temos um País quase falido, temos câmaras municipais e não são poucas falidas, não tem qualquer capacidade nem vão ter nos próximos 10 ou 20 anos, fazer o que é que seja, não há dinheiro para nada, não há por exemplo capacidade de endividamento não há nada disso e eu dizia assim, e neste contexto, conseguir apresentar umas contas, que são razoáveis não são as melhores do mundo obviamente, abre-nos a possibilidade e é para isso que eu queria lembrar abre-nos para nós em 2012/20013, e temos vindo a trabalhar para isso, aproveitar os fundos do QREN, que as outras Câmaras todas não vão estar em condições de aproveitar, nem tem capacidade para se endividar nem tem já dinheiro para coisa nenhuma, nem para pagar a despesa corrente. Este esforço era, portanto, necessário para agora que está a chegar bolsa de mérito do QREN, estarmos preparados e já em 2012/2013 quando a crise social se agonizar ainda mais do que aquilo que já temos neste momento, também é evidente que vai acontecer para estarmos à altura daquilo eu se vai esperar de uma Câmara Municipal.

Por isso, este esforço foi um esforço grande, ouvi várias referências ao facto de se ter reduzido as verbas para as freguesias.

Chamo a atenção se há item nas contas e nossos orçamentos, em que temos feito um esforço titânico para não cortar, tem havido cortes me tudo, menos nas freguesias, os senhores presidentes de juntas sabem disso. Alguns optam por ter um ritmo de obra faz com que tenham taxas de execução relativamente baixas. Essa, é uma opção dos Presidentes de Junta do ponto de vista da Câmara tudo tem sido feito para manter, ao contrário do que tem sido feito com todas as outras áreas da Câmara para manter as verbas que são transferidas e isso vamos continuar a fazer.”

Neste momento, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação os pontos que se seguem:

Ponto 2 - Relatório de Gestão e Prestação Contas da Câmara Municipal de Coimbra relativos a 2011:

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara datada de 16 de Abril do corrente ano, deliberou por maioria (com 29 votos a favor, 10 votos contra e 12 abstenções) aprovar os seguintes documentos:

- Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2011 da Câmara Municipal de Coimbra;
- Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, respectiva Avaliação, reportados à data de 31 de Dezembro de 2011, elaborado nos termos do POCAL, e no cumprimento do disposto na alínea c), do nº2, do artº53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro e pela Lei nº 67/2007 de 31 de Dezembro;
- Documentos de prestação de contas de 2011, relativos ao Município, elaborados no âmbito do POCAL, e de acordo com a Resolução nº4/2001-2ª Secção-Instruções nº1/2001, do Tribunal de Contas e, em cumprimento do disposto na alínea c), do nº2, do artº 53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro;
- Contas consolidadas de 2011 relativas ao universo constituído pelo Município, Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, Empresa Municipal AC, Águas de Coimbra, EM e Empresa Municipal TC-Turismo de Coimbra, EM e a que se refere o artigo 46º, nº1 da Lei das Finanças Locais
- Aplicação do resultado líquido do exercício, que se cifra em € 4.604.173,75 (quatro milhões, seiscentos e quatro mil, cento e setenta e três euros e setenta e cinco cêntimos) nas condições expressas no ponto 2.7.3. das notas do POCAL, concretamente:
- Transferência para a conta 59010 – “Resultados Transitados/Resultado Líquido do Exercício de 2011”, o valor global do resultado líquido apurado no exercício.
- Transferência da conta 59010 - “Resultados Transitados/Resultado Líquido do Exercício de 2011” para a conta 541008 - "Reservas Legais/Ano de 2011" - no valor de € 230.208,69 (duzentos e trinta mil, duzentos e oito euros e sessenta e nove cêntimos).

Nos termos do nº2 do artº47º da Lei das Finanças Locais foram presentes à Assembleia Municipal as certificações legais de contas e os pareceres sobre as mesmas elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

Estes documentos, dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma

Ponto 3 - 1ª Revisão Orçamental de 2012 da CMC:

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara datada de 16 de Abril passado, deliberou por maioria (com 29 votos a favor, 10 votos contra e 12 abstenções) aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal.

Ponto 4 - Relatório de Gestão e Prestação Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra relativos a 2011:

A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara datada de 16 de Abril do corrente ano, foi deliberado por maioria (com 36 votos a favor e 10 abstenções) aprovar o Relatório de Gestão e os documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra relativos ao ano de 2011.

Estes documentos, dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 5 - 2ª Revisão Orçamental de 2012 dos SMTUC:

A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara datada de 16 de Abril do corrente ano, foi deliberado por maioria (com 46 votos a favor e 5 abstenções) aprovar 2ª. Revisão Orçamental dos SMTUC 2012 que configura uma revisão ao orçamento de 2012 e é elaborada em conformidade com o estabelecido na alínea a) do nº 8.3.1.4. do POCAL e no cumprimento de todo o disposto na Lei nº 169/99, de 18 de setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e pela Lei nº 67/2007 de 31 de dezembro e que se caracteriza pelo aumento global da despesa e da receita para utilização do saldo de execução orçamental apurado no exercício de 2011.

Ponto 6 - Inventário do Património Municipal de 2011:

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, e em minuta para efeitos imediatos aprovar o inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, respectiva Avaliação, reportados à data de 31 de Dezembro de 2011, elaborado nos termos do POCAL, e no cumprimento do disposto na alínea c), do nº2, do artº53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro e pela Lei nº 67/2007 de 31 de Dezembro.

Estes documentos, dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 7 - Demonstrações Financeiras Consolidadas:

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou por unanimidade, aprovar as contas consolidadas de 2011 relativas universo constituído pelo Município, Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, Empresa Municipal AC, Águas de Coimbra, E.M. e Empresa Municipal TC-Turismo de Coimbra, E.M. e a que se refere o artigo 46º nº1 da Lei das Finanças Locais (Lei nº2/2007 de 15 de

Janeiro com as alterações introduzidas pela Lei nº22-A/2007 de 29 de Junho e pela Lei nº67-A/2007 de 31 de Dezembro).

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos, dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 8 - Pareceres do ROC:

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou por unanimidade, aprovar os pareceres do ROC.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos, dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 9 - Relatório e Contas do exercício de 2011 da Empresa Municipal-AC, Águas de Coimbra-tomar conhecimento:

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento do Relatório e Contas do exercício de 2011 da Empresa Municipal-AC, Águas de Coimbra.

Ponto 10 - Relatório e Contas do exercício de 2011 da Empresa Municipal Turismo de Coimbra - tomar conhecimento:

Intervenção do deputado municipal André Oliveira (PS):

"1 - Relatório de Atividades:

Há um ano atrás referimos em sede de assembleia municipal que, era para nós inquietante que desde 2004 que não estivesse definido o perfil do turista em Coimbra, como tal, onde estava a estratégia? Hoje continuamos sem o perfil definido.

Há um ano atrás consideramos incompreensível a ausência de visão estratégica integrada e planeada, ou seja todas as incitativas possuíam um horizonte temporal de apenas 1 ano, ou seja não havia uma estratégia de médio prazo. Hoje continuamos sem estratégia a médio prazo.

Há uma ano atrás, questionamos, dado o investimento, qual o balanço da participação em feiras internacionais, e qual o critério? Hoje continuamos a participar em feiras sem termos conhecimento dos resultados concretos e curiosamente com menos 2000 visitantes em Coimbra, comparando com o ano transato.

Há uma ano atrás perguntamos como era possível que não existisse uma referência, ou uma atividade tendo em vista a candidatura da alta universitária de Coimbra e da canção de Coimbra a património mundial da UNESCO, dada a importância que naturalmente assume para a cidade? Hoje continuamos a não valorizar a importância turística que este facto pode significar para a cidade de Coimbra.

Há uma ano atrás consideramos este relatório completamente desolador, hoje mantemos a posição.

2 – Ao nível do Relatório e Contas:

Importa referir que a Turismo de Coimbra nunca cumpriu os preceitos legais no que se refere à designação do Fiscal Único que deve ser feita em sede da sua Assembleia Geral, enquanto órgão independente;

Importa também referir que o Senhor Presidente do Conselho de Administração, propôs no final do exercício de 2011, repito, no final do exercício, ou seja no momento do apuramento contabilístico, a renúncia *ao cargo de Fiscal Único*, quando esse ato só poderia caber à Assembleia Geral. (tendo sido aceite pelo ROC); Importa informar, que nos documentos entregues, foi omitido o Relatório sobre a atividade de fiscalização de 2011, ou seja, a quem o Presidente do Conselho de Administração pediu que renunciasse à função;

Relatório da pessoa que acompanhou durante o ano de 2011 as contas e que terminou as suas funções em Dezembro de 2011, não acompanhou estes documentos.

No entanto o Grupo Municipal do PS informa esta Assembleia que esse documento continha os seguintes elementos entre outros:

- *Estatutos ainda por adaptar;*
- *Órgãos Sociais por registar;*
- *Continua a faltar documento de despesas em falta com valores avultados;*
- ...*passo a citar dois pontos interessantes que o anterior ROC relatou:*
- ... *Constato no entanto a ausência de normas e procedimentos escritos na empresa que eventualmente poderiam gerar uma melhoria desse ambiente de controlo interno;*
- *A empresa continua a gerar receita própria pouco significativa, o que a torna fortemente dependente dos subsídios do Município. Caso esta realidade não seja invertida, chamo a atenção para o facto de a continuidade da empresa possa ser posta em causa.*

Reafirmamos, que esta empresa apenas vai sobrevivendo devido as transferências financeiras da Câmara Municipal de Coimbra, correspondendo a 96 % de subsídios à exploração;

Possui custos com pessoal que ascende a 36% do total do seu orçamento;

Curiosamente este ano apresenta um balanço positivo, deixando de estar em aparente situação de falência técnica;

Senhor Presidente, este resultado inédito ao nível de qualquer administração, de redução de 62% dos custos, mantendo o mesmo plano de atividades, aos anos anteriores veja-se, deixa-nos 2 explicações possíveis:

Ou a anterior administração teve uma gestão completamente desastrosa, com gastos a mais do que eram necessários, apesar de nada ser dito neste documento sobre esta matéria, com vista à justificação desta redução;

Ou então, e esta aparentemente parece ser para nós a explicação mais plausível, este resultado apresentado é fruto de uma determinada engenharia financeira com a qual não podemos pactuar.

Na verdade, temos um plano de atividades em todo semelhante aos anteriores, mas reduziram-se gastos de fornecimentos e serviços externos em cerca de 740 000 euros, isto sim parece uma ótima gestão!!!

No fundo este relatório diz que a gestão anterior gastava a mais e que a atual tem algum desconhecido que pagas as contas...seja ele quem for...

O PS tem vindo a afirmar repetidamente e continuas a afirmar que a Turismo de Coimbra não tem razão de existir, sendo urgente tomar outra opção política.

Apesar do atual executivo continua a achar que esta empresa é viável, faz sentido, e é digna para aquilo que a Cidade precisa, resta-nos a nós PS, aguardar que venham outros a tomar por nós decisões que deveríamos tomar, como vai acontecer certamente em que o governo a vai encerrar a Turismo de Coimbra.

Posto isto, o Grupo municipal do PS manifesta-se totalmente contra, mais uma vez contra o relatório da administração e contas de 2011 da empresa municipal de turismo."

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento do Relatório e Contas do exercício de 2011 da Empresa Municipal-AC, Águas de Coimbra.

Ponto 11 - Relatório de Actividades de 2011 da Comissão Arbitral Municipal de Coimbra-tomar conhecimento:

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento do Relatório e Contas do exercício de 2011 da Comissão Arbitral Municipal de Coimbra.

Ponto 12 - Relatório de Actividades de 2011 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Coimbra-tomar conhecimento:

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento do Relatório e Contas do exercício de 2011 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Coimbra.

Ponto 13 - Autorização prévia genérica da Assembleia Municipal:

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo:

"Nós percebemos a intenção do Executivo em fazer a apresentação desta autorização genérica. Como todos os outros foram surpreendidos pelo aperto legislativo que resultou em Fevereiro da aprovação da Lei nº8/2012.

Verdade é, que não pode ser exigida às Assembleias Municipais que resolva as crises provocadas pelos outros. O governo legisla contra a capacidade das Câmaras Municipais como poderemos ser nós a dar um cheque em branco, naturalmente sem qualquer desconfiança. Eu percebi o que cá está e sei exactamente o que cá está! E nas condições que cá está e naquilo que pretende e até o conhecimento interior que teríamos que ter.

O que é facto do nosso ponto de vista se o governo adopta uma lógica legislativa, que é contrária a capacidade de execução das Câmaras, porque nelas não confia ou não quer confiar não poderemos ser nós a resolver este problema. Esta lei tem de ser alterada, e não sermos nós a encontrar caminhos indirectos para que os problemas sejam resolvidos.

Entendendo a proposta não poderemos votar a favor."

Intervenção do Presidente da Assembleia:

Assembleia Municipal de Coimbra

Acta nº2 de 26 Abril de 2012.....Aprovada em 27 de Junho de 2012

"Compreendo qual é a preocupação mas é dentro dos limites que já estão estabelecidos. Estudei isto com todo o vagar, os limites estão definidos."

Posto à votação a Assembleia deliberou, por maioria (28 votos a favor, 10 votos contra e 9 abstenções) emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais que resultem de projetos ou ações constantes das *Grandes Opções do Plano*, cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos, conforme proposta da Câmara Municipal aprovada em 16 de Abril último, que a seguir se transcreve:

Para este assunto, foi elaborada a informação n.º 14301, de 12/04/2012, do Diretor Municipal de Desenvolvimento Organizacional, que se transcreve:

"Considerando, por um lado, o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 20 000 contos (99.759,58 €) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando, por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal e respetivos Serviços Municipalizados:

1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:

- a) Resultem de projetos ou ações constantes das *Grandes Opções do Plano*;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

4. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se, à Câmara Municipal e respetivos Serviços Municipalizados e relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2012.”
Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 14 - Aluguer operacional de equipamento multifuncional de grandes formatos:

Para este processo a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 16 de Abril último, autorizar a repartição de encargos, relativo a "AD nº 22/2012 - aluguer operacional de equipamento multifuncional de grandes formatos", sendo os valores previstos para cada ano, com o valor do IVA incluído, os seguintes:

-2012-----€ 4.713,98;
-2013-----€ 8.081,10;
-2014-----€ 8.081,10;
-2015-----€ 8.081,10;
-2016-----€ 8.081,10;
-2017-----€ 3.367,12.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 15 - Prestação de serviços de auditoria externa:

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

"Queria questionar o seguinte, não tenho nada contra os senhores auditores, o que tenho a ver é o seguinte:

No próximo ano de 2013/2014 vai haver eleições autárquicas, não sei se este executivo ganha, ganha quem ganhar, agora porque é que este executivo está a abrir um concurso para 4 anos? Não sei quem virá, deveria ser aberto por 2 anos, se porventura o PS ganhar as eleições e espero que ganhe poderemos não querer trabalhar com os senhores auditores e depois teremos mais dívidas e indemnizações a dar.

Era esta a questão que gostava de colocar, se há alguma imposição legal para que este concurso tenha um ciclo de 4 anos, ou poderia ser de 2 anos, não sei se é legal ou não. Gostaria de ver respondida esta questão. "

Presidente da Câmara

"Os revisores oficiais de contas não são empregados de Câmara nenhuma, são técnicos credenciados do ponto de vista público, que tem uma função de fiscalização de contas de sociedades de câmaras e por aí fora, quanto a isso sei que estamos todos de acordo. A ideia foi quando o concurso é por mais anos dá uma certa estabilidade a quem está a zelar pelas boas contas do município.

Foi por isso que se avançou sendo que a escolha nem sequer é da Câmara, a escolha é sempre da Assembleia Municipal, por isso é que tem que vir aqui.

Se fosse da Câmara já se teria resolvido, pode ser sempre revogado um dia mas para dizer a verdade nem olhei foi escolhido por mim."

A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara datada de 16 de Abril do corrente ano, deliberou por maioria (com 46 votos a favor e 6 abstenções) aprovar as propostas constantes da informação que a seguir se transcreve:

Informação n.º 10511, de 19/03/2012, do Júri instituído no âmbito do procedimento (Divisão de Património e Aprovisionamento):

“A - INTRODUÇÃO

1. Aos dezasseis dias do mês de março de dois mil e doze, reuniu o Júri nomeado por despacho do Presidente da Câmara Municipal, com data de 25/05/2011, para proceder à reanálise e reapreciação das propostas ao concurso limitado por prévia qualificação n.º 2/2011, relativo à prestação de serviços de auditoria externa.

2. O Júri é constituído pelos seguintes elementos:

- Diretora do Departamento de Finanças e Património, Dr.ª Alice Dias, membro efetivo que substitui o presidente do júri;
- Chefe da Divisão de Património e Aprovisionamento, Dr. António Carvalho, membro efetivo;
- Técnica superior, Dr.ª Elsa Pimpão, membro suplente.

3. Ao presente procedimento é aplicável o regime constante do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro. O processo decorre inteiramente em ambiente eletrónico com a utilização da plataforma eletrónica vortalGOV.

3. Para a avaliação das suas propostas, o júri solicitou esclarecimentos justificativos a vários concorrentes (MRG – Roberto, Graça & Associados, SROC, Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, SA, e Oliveira Reis e Associados, SROC, Lda.), como dispõe o art. 71.º, n.º 3, do CCP, quanto à eventualidade de estarmos perante preços anormalmente baixos. O júri concluiu, no seu relatório preliminar, que todos os concorrentes indicados apresentam fundamentação legal, idónea e suficiente¹ para os respetivos preços.

4. No dia 12 de Janeiro de 2012, o júri elaborou o seu relatório preliminar, cujo projeto de decisão final, sujeito à realização da audiência prévia, era o seguinte:

4.1. Adjudicar a MRG – Roberto, Graça & Associados, SROC, a prestação de serviços de auditoria externa, objeto do concurso limitado por prévia qualificação n.º 2/2011 e da sua proposta DPA_CLPQ_2/11, pelo valor total de € 44.490,00 acrescido de IVA (23% - € 10.232,70) totalizando €54.722,70.

B – AUDIÊNCIA PRÉVIA

5. Pronunciaram-se os seguintes concorrentes:

¹ Oliveira, Mário Esteves de, e Oliveira, Rodrigo Esteves de, *Concursos e Outros Procedimentos de Contratação Pública*, Coimbra, Almedina, 2011, pág.s 938-939.

5.1. A. Zózimo, SROC, Unipessoal, Lda. cuja pronúncia, em resumo, vai no sentido da não aceitação pelo júri [entenda-se: da exclusão] das propostas cujo preço anormalmente baixo não se encontre justificado nos documentos da proposta.

O concorrente A. Zózimo entende que neste procedimento aqueles concorrentes já sabiam que o preço que apresentavam, face ao preço base do procedimento, era anormalmente baixo e teriam, com as propostas, de apresentar documentos justificativos dos seus preços como exige o art. 57.º, n.º 1, alínea d), do CCP.

5.2. MRG – Roberto, Graça & Associados, SROC, colocou algumas dúvidas quanto ao prazo de manutenção de propostas.

6. Importa analisar:

6.1. Quanto à pronúncia de A. Zózimo, SROC, Unipessoal, Lda.:

6.1.1. Em primeiro lugar, é importante clarificar os conceitos.

Preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante está disposta a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato (art. 47.º, n.º 1, do CCP).

O preço base corresponde ao mais baixo dos seguintes valores:

- o valor fixado no caderno de encargos;
- o valor máximo do contrato permitido pela escolha do procedimento;
- o valor máximo até ao qual o órgão competente pode autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar.

No concurso limitado por prévia qualificação n.º 2/2011:

- o preço base não se encontra fixado no caderno de encargos;
- uma vez que o anúncio de abertura apenas foi publicado no Diário da República [art. 20.º, n.º 1, alínea b), do CCP], o valor máximo permitido pela escolha do procedimento é de € 193.000,00 correspondente ao chamado “limiar comunitário”, que vigorava no momento da autorização da despesa [Regulamento (CE) 1177/2009 da Comissão de 30 de Novembro de 2009];
- o órgão que autoriza a despesa, o Presidente da Câmara, dispõe de competência própria até € 149.639,37, de acordo com o fixado no Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, no seu art. 18.º, n.º 1, alínea a).

Daqui resulta, portanto, que o preço base do concurso limitado por prévia qualificação n.º 2/2011 é o valor de € 149.639,37 que corresponde ao valor até ao qual o órgão Presidente da Câmara pode autorizar a despesa inerente ao contrato resultante do procedimento.

6.1.2. Em segundo lugar, o preço anormalmente baixo é fixado automaticamente num concurso limitado por prévia qualificação quando:

- o preço base estiver fixado no caderno de encargos e por referência a uma das percentagens indicadas no n.º 1 do art. 71.º do CCP; ou

- quando o convite indica um valor, ainda que por referência ao preço base fixado no caderno de encargos, a partir do qual o preço total resultante de uma proposta é considerado, direta ou indiretamente, um preço anormalmente baixo (art. 189.º, n.º 3, do CCP).

Noutras situações, caberá ao júri, enquanto órgão instrutor do procedimento (art. 67.º, n.º 1, do CCP) analisar a proposta e solicitar os esclarecimentos justificativos aos concorrentes (art. 71.º, n.º 3, do CCP).

No concurso limitado por prévia qualificação n.º 2/2011, o preço base não se encontra fixado no caderno de encargos. Portanto, os concorrentes, ao elaborarem as suas propostas, não poderiam automaticamente concluir que estas apresentariam preços anormalmente baixos e, nessa conformidade, apresentar documentos que contivessem os respetivos esclarecimentos, como exige o art. 57.º, n.º 1, alínea d), do CCP.

Coube ao júri, quando analisou e apreciou as propostas, verificar se alguma delas apresentaria um preço anormalmente baixo e, nessa circunstância, o júri entendeu solicitar esclarecimentos aos concorrentes MRG – Roberto, Graça & Associados, SROC, Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, SA, e Oliveira Reis e Associados, SROC, Lda.

Os esclarecimentos foram prestados pelos concorrentes e aceites pelo júri, como já referimos.

6.1.3. Note-se, todavia, que no anúncio de abertura publicado no Diário da República, é indicado um preço base – € 149.639,37 – valor este correspondente ao limite até ao qual o órgão competente pode autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, como já explicámos. Não se poderá entender que a indicação deste preço base, que corresponde ao indicado no art. 47.º, n.º 1, alínea c), do CCP, seja a fixação do preço base nas peças do procedimento [que apenas são o caderno de encargos, o programa de concurso e o convite – veja-se o art. 40.º, n.º 1, alínea c) do CCP].

6.1.4. Conclui o júri pelo indeferimento do solicitado pelo concorrente A. Zózimo, SROC, Unipessoal, Lda.

6.2. Quanto às dúvidas de MRG – Roberto, Graça & Associados, SROC

O prazo de manutenção de propostas, conforme consta do convite (n.º 10) e do art. 65.º do CCP, é de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Este prazo é contado de acordo com o disposto artº 72., n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, por remissão do art. 470.º, n.º 1, do CCP.

O termo do prazo fixado para a apresentação das propostas é o dia 02/01/2012.

Assim sendo, o prazo para a manutenção de propostas termina no dia 27/03/2012.

Não tem razão, portanto, o concorrente, quando alega que este prazo já está ultrapassado.

7. Desta forma, o júri mantém o seu projeto de decisão final comunicado aos concorrentes em sede de audiência prévia.

C – PROJETO DE DECISÃO FINAL

8. Assim, o Júri formula a seguinte proposta de decisão final:

8.1. Adjudicar a MRG – Roberto, Graça & Associados, SROC, a prestação de serviços de auditoria externa, objeto do concurso limitado por prévia qualificação n.º 2/2011 e da sua proposta DPA_CLPQ_2/11, pelo valor total de € 44.490,00 acrescido de IVA (23% - € 10.232,70) totalizando €54.722,70.

9. Esta despesa encontra-se cativa na rubrica orçamental no montante previsto para o corrente ano económico (RI 1593).

Nota 1 – O órgão competente para a decisão de adjudicação é o Presidente da Câmara, com competência própria definida no art.º 18., n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

Nota 2 – Contudo, determina o disposto no art. 48.º, n.º 2, da Lei n.º 2/2007 (Lei das Finanças Locais), de 15 de Janeiro, que o auditor externo deve ser nomeado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara, de entre os revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Nota 3 – Em cumprimento do disposto no art. 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, informamos que compete à Assembleia Municipal aprovar compromissos plurianuais, pelo que indicamos os respetivos valores anuais previstos (acrescidos de IVA) para aprovação:

2012 – € 9.886,66

2013 – € 14.830,00

2014 – € 14.830,00

2015 – € 4.943,34

Nota 4 – A MRG – Roberto, Graça & Associados, SROC, encontra-se registada na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) com o n.º 224 da respetiva lista.”

Ponto 16 - Contratação de serviços de seguros:

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"É fundamental, mais uma vez, e chamar a atenção disso.

Nós temos aqui uma proposta que nos é feita para autorização de despesas plurianuais, que é resultado das vicissitudes ligadas á celebração do contrato e do visto Tribunal de Contas, seria no mínimo dignificante para esta Assembleia, para não dizer que não vale a pena dizer respeitarmo-nos a todos do contrato ...que o atrasou

Ou seja estamos aqui a votar algo, que informou de um atraso de dois ou três anos da sua entrada em vigor em vicissitudes que não conhecemos, no mínimo era saber o que se passou. É a proposta que nos é feita!"

Resposta do Director Municipal Dr. Olinto

"A questão aí tem a ver com o atraso, verificado do visto Tribunal de Contas, o que era estimado cair em cada um dos anos, agora é diferente, deslizou em termos

temporais, agora é só uma correcção em termos de valores que vão estar em despesa em cada um dos anos."

O Deputado Pinto Ângelo retorquiu:

"Tentando explicar aquilo que não explicou, que as vicissitudes ligadas à celebração do contrato por escrito que atrasaram o visto Tribunal de Contas e que levou a um deslizamento de despesas para agora não merecem ser informada esta Assembleia."

Posto à votação, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara datada de 12 de Março último, deliberou por maioria com 29 voto a favor, 6 votos contra e 9 abstenções, aprovar a alteração do valor das despesas plurianuais para a prestação de serviços de seguros, ao abrigo do disposto no art. 22º, nºs 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, sendo o limite máximo dos encargos correspondentes a cada ano económico os seguintes:

Ano de 2012 - €390.662,42 (+ IVA)

Ano de 2013 - €390.662,42 (+ IVA)

Ano de 2014 - €390.662,42 (+ IVA)

Ano de 2015 - €390.662,42 (+ IVA)

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Declaração de voto de Jorge Lemos

"O meu voto foi de abstenção, porque no ponto anterior não concordo que este processo ultrapasse o tempo de gestão desta Câmara."

Ponto 17 - Projeto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas (RMUE):

Intervenção do deputado Jorge Lemos

"Era o seguinte: vejo na informação do senhor vereador Paulo Leitão, foi reelementada a possibilidade de ser deliberada a redução de 20% do valor de todas as taxas.

Queria perguntar e ser esclarecido, relativamente a este ponto.

Se há uma redução de 20%, em todas as taxas, é o que está aqui escrito, a minha votação e penso que a do PS, é votar a favor deste regulamento, porque além desta redução penso que, este documento foi melhorado, e está realmente bem apresentado. Se há uma redução escusamos de estar aqui a discutir as taxas e a perder tempo, porque é uma melhoria para os nossos munícipes só estou a referir o que está aqui escrito."

Intervenção do Presidente da Câmara

O que está aí é uma coisa simples, no fundo é um documento complexo, tem um conjunto grande de taxas, e aquilo que se introduziu já no final, foi a possibilidade de em anos de crise económica, definidas como anos de crescimento negativo no País que a Câmara pudesse deliberar reduzir até 20 % das taxas, é isso ficou essa possibilidade adicional se as coisas continuarem como estão eu diria que é de potencial aplicação imediata.

A Assembleia Municipal deliberou com 42 votos a favor e 2 abstenções aprovou o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas (RMUE).

Estes documentos, dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

E sendo 20h30 minutos o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.

Assembleia Municipal de Coimbra

Acta nº2 de 26 Abril de 2012.....Aprovada em 27 de Junho de 2012